

Presidente do PCdoB e ministra denuncia:

“Juro alto do BC é obstáculo ao nosso desenvolvimento”

Ricardo Stuckert - PR



“Que nunca mais um presidente de outro país ouse falar grosso com o Brasil”, diz Lula

O presidente Lula afirmou, no sábado (18), que não aceita que um presidente de outro país “ouse falar grosso com o Brasil”. A declaração foi dada em meio às negociações com os Estados Unidos para que as taxas de 50% sobre os produtos brasileiros sejam retiradas. E foi dada após o presidente enfrentar Trump e defender a soberania do Brasil, enquanto bolsonaristas queriam submissão aos EUA. Trump recuou e iniciou negociações. **Pág. 3**

HORA DO POVO

ANO XXXVI - Nº 4.023 22 a 28 de Outubro de 2025

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Para Luciana, eleição será a batalha do Brasil soberano x entreguismo

A presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos, ministra da Ciência e Tecnologia, defendeu a união dos brasileiros em defesa da soberania nacional, da democracia, do desenvolvimento e da valorização do trabalho, no evento de abertura do 16º Congresso do PCdoB. Luciana denunciou que o “obstáculo central” para o desenvolvimento econômico do país é a “alta taxa de juros do BC” e afirmou que as eleições de 2026 “serão uma batalha entre o Brasil de Tiradentes, daqueles que defendem a independência, a soberania e o desenvolvimento, e o Brasil de Silvério dos Reis, dos entreguistas, dos traidores da pátria”. **Página 3**

STF condena núcleo da “milícia digital golpista” por 4 votos a 1

Olga Fedorova - AP - Huffington Post



Mais de 2600 manifestações em todo os EUA. Na foto, ato na Times Square, em Manhattan, Nova Iorque

Centenas de milhares saem às ruas contra a ditadura de Trump

Multidões foram às ruas nos Estados Unidos, no sábado (18), em mais de 2.600 manifestações de costa a costa. Com a organização centralizada na coalizão No Kings (Não aos Rei), que reúne grupos pró-democracia em todo o país para protestar contra a acelerada fascistação da vida norte-americana e violação escancarada dos direitos constitucionais, desde que Trump tomou posse pela segunda vez. As manifestações ocorreram de forma pacífica, em clima de festa e deboche sobre o ditador Trump, ironizado com a convocação “No Kings”. Como assinalou a União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU), a principal entidade norte-americana pelos direitos democráticos, a manifestação é para transmitir que “somos um país de iguais”, “não seremos silenciados”. **Página 7**

A Primeira Turma do STF formou maioria, na terça-feira (21), para condenar os 7 réus do chamado “núcleo 4” da trama golpista. Os membros do grupo foram acusados de integrar a estrutura de desinformação que atuou para desacreditar as eleições de 2022 e fomentar ataques às instituições democráticas. As penas variam de 7 anos e 6 meses a 17 anos de prisão, com multa e indenização solidária mínima de R\$ 30 milhões por danos coletivos. A sessão foi marcada pelo voto divergente do ministro Luiz Fux, que defendeu a absolvição. **Pág. 3**

Centrais fazem ato no dia 29 contra ‘reforma’ administrativa

Entidades de servidores públicos como o Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e as Centrais Sindicais estão convocando uma grande mobilização no próximo dia 29 – dia do Servidor Público –, em Brasília, contra a nova ‘Reforma’ Administrativa que tramita na Câmara. **Pág. 5**

Lula anuncia para a Secretaria-Geral Guilherme Boulos

O presidente Lula (PT) anunciou, na segunda-feira (20), a nomeação do deputado federal Guilherme Boulos (PSol-SP) como novo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ele vai substituir o ministro Márcio Macêdo (PT) na pasta. A troca integra uma reformulação ministerial que visa reforçar a interlocução do governo com os movimentos sociais. **Página 3**

“Empresa nacional versus empresa estrangeira”, por Kliass

O falso milagre do recorde de empregos

MARCOS VERLAINE

Os recordes que escondem as desigualdades. O Brasil acaba de alcançar a marca de mais de 102 milhões de pessoas ocupadas, segundo o IBGE – o maior número da série histórica.

A taxa de desemprego caiu para 5,8%, no segundo trimestre, resultado que, em aparência, deveria ser motivo de celebração. No primeiro trimestre era 7%. No entanto, quando se olha além dos números, o quadro é menos alentador: informalidade, rotatividade e baixos salários continuam sendo a regra no mercado de trabalho brasileiro.

Por trás da queda do desemprego, há recomposição de postos majoritariamente precários, intermitentes e mal remunerados.

O trabalhador volta a ter ocupação, mas não necessariamente emprego digno. A renda média real segue estagnada, a desigualdade permanece alta e a segurança trabalhista é cada vez mais frágil.

HERANÇA DA REFORMA TRABALHISTA

A Reforma Trabalhista — Lei 13.467/17 —, aprovada no governo Michel Temer (MDB) sob a promessa de modernizar as relações de trabalho e gerar milhões de empregos formais, abriu caminho para o abrandamento de direitos e ampliação de formas precárias de contratação.

O negociado sobre o legislado, pilar da contrarreforma, que necessita ser revista, enfraqueceu a proteção legal ao trabalhador e deu às empresas poder desproporcional nas negociações.

Assim, 8 anos depois da contrarreforma, o saldo é inequívoco: o mercado de trabalho se tornou mais volátil, mais desigual e menos protegido. Era tudo que o mercado e o capital desejavam com a “reforma”.

A formalização não cresceu como o previsto, quase uma década depois da “reforma”, e o emprego com carteira assinada ainda representa menos de 40% da força de trabalho total.

Enquanto isso, mais de 39 milhões de brasileiros atuam na informalidade — sem direitos, sem Previdência e sem garantias mínimas na relação laboral.

TRABALHAR MAIS, GANHAR MENOS

A suposta modernização também trouxe novas formas de exploração. Cresceu o número de trabalhadores sob contratos intermitentes, em plataformas digitais e serviços por demanda, modalidades que disfarçam relações de subordinação com o rótulo de autonomia.

O que se vendeu como liberdade virou instabilidade permanente, em que o trabalhador é chamado apenas quando convém ao empregador e assim arca sozinho com os riscos e custos do trabalho. É o caso do contrato intermitente de trabalho.

O resultado: compressão da renda média e queda na qualidade de vida. O País tem mais gente trabalhando, mas com menos poder de compra e menor proteção social.

DESAFIO DE REVERTER A PRECARIZAÇÃO

Os dados do IBGE confirmam que quantidade não é sinônimo de qualidade. O desafio agora é reconstruir modelo de emprego que concilie crescimento econômico com valorização do trabalho e proteção social.

Isso passa por revisar pontos da Reforma Trabalhista, fortalecer a fiscalização das relações de trabalho e revalorizar a negociação coletiva equilibrada, com sindicatos fortes e representativos.

Sem isso, o recorde de ocupação permanecerá um número vazio — expressão de um país que emprega mais, mas garante cada vez menos aos que produzem a riqueza.

DEBATE QUE VOLTA ÀS URNAS

O cenário atual recoloca o tema do trabalho digno no centro da disputa política que se desenha para as eleições de 2026.

De um lado, o projeto neoliberal — representado pela direita e extrema-direita — que defende mais abrandamento da legislação trabalhista, sob o argumento da competitividade. De outro — esquerda, centro-esquerda e progressistas de modo geral —, o campo que defende o Estado regulador, capaz de equilibrar as forças entre capital e trabalho.

Mais do que questão meramente econômica, trata-se de projeto de sociedade: decidir se o Brasil continuará aceitando modelo que normaliza a precarização ou se buscará nova agenda de desenvolvimento com inclusão, proteção e dignidade laboral. Isto é, trata-se de economia política.

Publicado originalmente no Portal Vermelho.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Petrobrás obtém a licença para pesquisa na Margem Equatorial



Sonda NS-42, contratada pela Petrobrás para pesquisa no Amapá



Foguete hipersônico brasileiro 14-X, em homenagem a Santos Dumont

Foguete hipersônico da FAB situa o Brasil entre as potências aeroespaciais do futuro

Com recursos do FINEP e testes realizados no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, o 14-X da FAB pode atingir seis vezes a velocidade do som

A Força Aérea Brasileira está desenvolvendo um projeto audacioso de foguete hipersônico que colocará o país entre as potências aeroespaciais do futuro. Com testes realizados no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, o 14-X da FAB pode atingir seis vezes a velocidade do som e é um experimento e um símbolo do novo ciclo de reindustrialização e da aposta brasileira em tecnologias críticas.

A escolha do nome 14-X rende uma homenagem ao 14-Bis do engenheiro brasileiro Santos Dumont, inventor do avião, mas, aqui, o salto é pesado. O 14-X faz parte do Programa de Propulsão Hipersônica, também conhecido pelo nome PropHiper, conduzido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEAv) sob o guarda-chuva do DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial), da Força Aérea Brasileira (FAB).

Em 14 de dezembro de 2021, a Força Aérea Brasileira realizou o primeiro voo-teste do motor scramjet na chamada Operação Cruzeiro. O disparo partiu do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, usando um foguete VSB-30 como lançador. A tecnologia hipersônica é estratégica. Rússia e China já dominam o segmento, com mísseis que mudam de trajetória e desafiam sistemas antiaéreos.

O Brasil entra na corrida buscando autonomia tecnológica, priorizando o motor e o vetor de lançamento, sem foco imediato em armamento. Além disso, o 14-X pode revolucionar o acesso ao espaço, lançando satélites e viabilizando voos suborbitais

com custo menor.

Em seu teste, o 14-X foi levado até cerca de 30 km de altitude e acelerado até Mach 6, seis vezes a velocidade do som, ainda na atmosfera. Isso já classifica o sistema como hipersônico, pois supera o limite de Mach 5. O voo alcançou 160 km de apogeu suborbital e percorreu cerca de 200 km antes de cair no oceano. A meta do país é clara: desenvolver tecnologia nacional de ponta em propulsão hipersônica, reduzindo nossa dependência externa e fortalecendo os elos entre ciência, indústria e defesa.

O 14-X será equipado com um motor scramjet. Diferentemente de um motor a jato convencional, o motor tipo scramjet não usa peças móveis como turbinas ou compressores. O ar que entra é comprimido pela própria velocidade e geometria do veículo. A combustão ocorre em regime supersônico, daí o nome supersonic combustion ramjet, e exige velocidades já elevadas para funcionar. Isso significa que o 14-X da FAB precisa de um impulso inicial, normalmente um foguete, para ativar o scramjet. Uma vez ligado, ele aproveita o oxigênio ambiente para queimar hidrogênio, eliminando a necessidade de levar oxidante.

Para servir de lançador do foguete hipersônico surgiu então projeto RATO-14X (Rocket Assisted Take-Off), um foguete de decolagem que impulsionará o 14-X até 30 km, onde o scramjet assumirá o controle. Esse lançador deve ter cerca de 14 metros e 15 toneladas, capaz de alcançar velocidades acima de Mach 8, chegando a Mach 10, segundo

estimativas.

A empresa brasileira Mac Jee lidera o desenvolvimento em parceria com a FAB, o Instituto de Estudos Avançados (IEAv), da FAB e a FINEP com o primeiro voo de teste previsto para 2027. Projetar e operar um scramjet é um desafio de engenharia. O veículo precisa resistir a temperaturas extremas e forças aerodinâmicas violentas. O projeto recebeu da FINEP um investimento recorde de R\$ 93 milhões, uma marca histórica para a área de defesa. Os prazos são apertados: o foguete RATO-14X precisa voar até 2027, exigindo trabalho intenso de integração entre institutos e empresas.

Se tudo correr dentro do cronograma, o 14-X e o RATO-14X abrirão caminho para uma nova geração de veículos hipersônicos brasileiros, controláveis, manobráveis e com múltiplos usos, da defesa à exploração espacial. A FAB e o DCTA seguem firmes, mirando 2030 como marco da consolidação do programa.

Para dar conta da complexidade, o 14-X foi dividido em quatro grandes missões: 14-XS: voo balístico de demonstração da combustão supersônica; 14-XSP: voo balístico com propulsão aspirada em velocidade hipersônica; 14-XW: demonstração de voo planado, sem propulsão, com sistemas de controle em condições hipersônicas; 14-XWP: voo autônomo com propulsão hipersônica aspirada ativa, com manobras e controle completo. Cada fase testa um conjunto de sistemas críticos: dos componentes de combustão aos sistemas de guiamento, navegação e controle (GNC).

“É uma conquista da sociedade brasileira”, afirma Magda Chambriard, presidente da estatal, “após quase cinco anos de jornada”

A Petrobrás divulgou nesta segunda-feira (20) que obteve a licença do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) liberou a licença ambiental, que permitirá a estatal perfurar um poço exploratório no bloco FZA-M-059, localizado em águas profundas do Amapá, a 500 km da foz do rio Amazonas e a 175 km da costa, na Margem Equatorial.

“A conclusão desse processo, com a efetiva emissão da licença, é uma conquista da sociedade brasileira e revela o compromisso das instituições nacionais com o diálogo e com a viabilização de projetos que possam representar o desenvolvimento do país. Foram quase cinco anos de jornada, nos quais a Petrobras teve como interlocutores governos e órgãos ambientais municipais, estaduais e federais”, manifestou a presidente da Petrobrás, Magda Chambriard.

“Nesse processo, a companhia pôde comprovar a robustez de toda a estrutura de proteção ao meio ambiente que estará disponível durante a perfuração em águas profundas do Amapá. Vamos operar na Margem Equatorial com segurança, responsabilidade e qualidade técnica. Esperamos obter excelentes resultados nessa pesquisa e comprovar a existência de petróleo na porção brasileira dessa nova fronteira energética mundial”, completou a presidente da estatal.

Em nota a Petrobrás informa que “a sonda se encontra na locação do poço e a perfuração está prevista para ser iniciada imediatamente, com a duração estimada de cinco meses. Por meio desta pesquisa exploratória, a companhia busca obter mais informações geológicas e avaliar se há petróleo e gás na área com escala econômica. Não há produção de petróleo nesta fase”.

“A Petrobrás atendeu a todos os requisitos estabelecidos pelo Ibama, cumprindo integralmente o processo de licenciamento ambiental.

Avibrás desnacionalizada é ameaça à soberania nacional

Militares, trabalhadores e parlamentares apontam em audiência pública na Câmara que a empresa é estratégica para o Brasil e a solução é estatização

Especialistas em defesa e geopolítica, militares, trabalhadores e parlamentares defenderam em audiência pública que a Avibrás é “estratégica” para a soberania nacional e não pode ser vendida para estrangeiros.

O Projeto de Lei 2.957/24, que prevê a estatização da Avibrás, foi debatido na Câmara dos Deputados na quarta-feira (15).

O autor do texto, Guilherme Boulos (PSol-SP), explicou que “a Avibrás é uma indústria histórica essencial da base industrial de defesa do nosso país” e produz tecnologia de ponta.

“Num momento de completa instabilidade geopolítica no mundo, de conflitos militares pipocando, mais do que nunca é essencial que o Brasil preserve a sua soberania nacional”, continuou.

Boulos citou os ataques dos Estados Unidos à soberania nacional como exemplo dos novos tempos.

“Nosso PL é pela estatização. Mas, acima de tudo, é preciso impedir que a Avibrás caia em mãos de capital estrangeiro. Isso não podemos admitir em hipótese alguma, porque é grave para a nossa soberania”.

O deputado destacou que o movimento dos trabalhadores da empresa é fundamental para que a estatização seja uma possibilidade. A Avibrás não paga o salário de seus

Como última etapa de avaliação, a companhia realizou, em agosto, um simulado in loco, denominado Avaliação Pré-Operacional (APO), por meio do qual o Ibama comprovou a capacidade da Petrobrás e a eficácia do plano de resposta à emergência”, destaca.

SOBERANIA

“A companhia segue comprometida com o desenvolvimento da Margem Equatorial brasileira, reconhecendo a importância de novas fronteiras para assegurar a segurança energética do país e os recursos necessários para a transição energética justa”, afirma a Petrobrás.

“A Margem Equatorial representa o futuro da nossa soberania energética. O Brasil não pode abrir mão de conhecer seu potencial. Fizemos uma defesa firme e técnica para garantir que a exploração seja feita com total responsabilidade ambiental, dentro dos mais altos padrões internacionais, e com benefícios concretos para brasileiras e brasileiros. O nosso petróleo é um dos mais sustentáveis do mundo, com uma das menores pegadas de carbono por barril produzido, assim como a nossa matriz energética altamente renovável, que é exemplo para o mundo”, afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

A autorização pelo Ibama ocorre na véspera do prazo final para dia limite do contrato da sonda contratada pela Petrobrás para perfuração. “Se a gente não começar a perfurar até o dia 21, essa sonda pode ser retirada da locação e se ela for retirada e substituída por outra sonda no futuro, o que vai acontecer é que o processo de licenciamento começa tudo de novo”, alertou Magda Chambriard, quando o Ibama alegou, no dia 13 deste mês, “pendências e incertezas” quanto às informações apresentadas pela estatal nos planos de Emergência Individual e de Proteção à Fauna.

Avibrás desnacionalizada é ameaça à soberania nacional

Militares, trabalhadores e parlamentares apontam em audiência pública na Câmara que a empresa é estratégica para o Brasil e a solução é estatização

Segundo Boulos, “não é fácil formar um trabalhador qualificado de um dia para o outro. Pode até resgatar a Avibrás, beleza, mas se não tiver mais os trabalhadores que fizeram, para ter a expertise, a capacidade de produção... A Avibrás não é só galpões e máquinas, é a qualificação de décadas de trabalhadores”.

DEBATE

O capitão de fragata da Marinha, Robson Farinazo, que tem sido uma das lideranças do movimento pela estatização da Avibrás, avalia que a empresa é uma “condição estratégica” para nossa soberania.

“Se quisermos preservar a nossa frágil democracia, só existe um caminho: armar o Brasil com Forças Armadas conscientes e voltadas para questões de soberania”, declarou.

Enfatizando a debilidade de nossos sistemas de defesa, explicou que “se um navio estrangeiro encostar a 2 mil quilômetros, entre os portos de Santos e Rio de Janeiro, nós praticamente não temos defesa e nossa exportação será cortada”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/avibras-desnacionalizada-e-ameaca-a-soberania-nacional-alertam-militares-trabalhadores-e-parlamentares/>



Audiência na Câmara. Fotos: Avibrás e TV Câmara



Presidente defende a soberania do país
“Que nunca mais um presidente de outro país ouse falar grosso com o Brasil”, adverte Lula

O presidente Lula afirmou, no sábado (18), que não aceita que um presidente de outro país “ouse falar grosso com o Brasil”. A declaração foi dada em meio às negociações com os Estados Unidos para que as taxas de 50% sobre os produtos brasileiros sejam retiradas.

“Queremos formar uma doutrina latino-americana com professores e estudantes do nosso continente. Sonhar com um dia em que este continente será independente”, disse Lula.

“Que nunca mais um presidente de outro país ouse falar grosso com o Brasil porque a gente não vai aceitar. É uma questão de coragem, é uma questão de dignidade e caráter”, continuou.

O governo dos Estados Unidos recuou e iniciou as tratativas com o Brasil sobre as tarifas de 50% que foram impostas.

Inicialmente, Donald Trump tentou “falar grosso” e interferir na Justiça brasileira, buscando impedir a condenação de Jair Bolsonaro. Seu governo ignorou diversas tentativas do Brasil de abrir negociações.

Foi somente depois da Assembleia-Geral da ONU que Donald Trump aceitou começar as negociações. Ele e Lula já conversaram por telefone, assim como o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, se reuniram para desgosto dos golpistas e traidores do Brasil, Bolsonaro e seu filho Eduardo.

IMPUNIDADE

Em evento em São Bernardo do Campo, em São Paulo, o presidente disse aos jovens presentes que “não desistam” quando acharem que “a classe política não representa vocês” ou tenta aprovar leis que tragam impunidade.

“Se a classe política estiver querendo aprovar uma lei que garanta a impunidade de ladrão, ainda assim não desistam. Entrem na política, porque o político bom está dentro de vocês, não está dentro deles”, disse.

A aprovação na Câmara dos Deputados da PEC da blindagem, que protegia parlamentares que cometeram crimes, levou às ruas milhares de pessoas em todo o país no mês de setembro. A mobilização resultou na rejeição, no Senado, da proposta.

Agora, tramita na Câmara o projeto de lei (PL) da anistia aos golpistas, travestido de “dosimetria”, relatado pelo deputado Paulinho da Força (SP).

“Quando vocês perceberem que a classe política não representa vocês, pelo amor de Deus, não desanimem. Entrem na política, porque é lá que a mudança precisa acontecer”, falou Lula.

INVESTIMENTO

No evento, o presidente anunciou um investimento de 108 milhões de reais para financiar até 500 cursinhos populares em 2026. O programa faz parte da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP) e tem como foco ampliar o acesso de estudantes de baixa renda à educação superior.

O anúncio foi feito durante um aula preparatório para o Enem, que reuniu estudantes e professores. Participaram também da solenidade o ministro da Educação, Camilo Santana, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“Muito produtiva”; “excelente clima”, relata Mauro Vieira sobre a reunião com Rubio

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse que a reunião com o secretário de Estado do governo Trump, Marco Rubio, para começar negociações sobre as tarifas foi “muito produtiva” e ocorreu em “excelente clima”. Os dois se encontraram em Washington, capital dos EUA, na quinta-feira (16).

“Trabalharemos para normalizar e abrir novos caminhos para as relações bilaterais”, informou Vieira. Ele acrescentou que os dois governos estão com “muita disposição de trabalhar em conjunto”.

“Reiterei a posição brasileira transmitida diretamente pelo presidente Lula ao presidente Trump na semana passada sobre a necessidade de reversão das medidas adotadas pelo governo norte-americano, o que vai

demandar um processo de negociação a ser iniciado nos próximos dias”, continuou.

Em julho, o governo dos Estados Unidos anunciou taxas de 50% para produtos brasileiros que entram naquele país. Donald Trump tentou usar essa medida para interferir na Justiça brasileira, que estava julgando Jair Bolsonaro.

O representante dos EUA, Marco Rubio, sequer mencionou o nome de Jair Bolsonaro na reunião com Mauro Vieira. A informação é de Daniela Lima, do UOL.

Em nota oficial, o governo dos Estados Unidos apontou que Rubio e Vieira “mantiveram conversas muito positivas sobre comércio e questões bilaterais em andamento”.

Vieira disse que está sendo montada, em conjunto com os EUA, uma agenda de reuniões.

Juro alto do BC freia o nosso desenvolvimento, diz Luciana



Presidente do PCdoB faz pronunciamento na abertura do 16º Congresso da sigla
STF condena núcleo da ‘milícia digital golpista’ por 4 votos a 1

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria, na terça-feira (21), para condenar os 7 réus do chamado “núcleo 4” da trama golpista.

Os membros do grupo foram acusados de integrar a estrutura de desinformação que atuou para desacreditar as eleições de 2022 e fomentar ataques às instituições democráticas.

As penas variam de 7 anos e 6 meses a 17 anos de prisão, com multa e indenização solidária mínima de R\$ 30 milhões por danos coletivos.

A sessão foi marcada pelo voto divergente do ministro Luiz Fux, que defendeu a absolvição de 5 dos 7 réus e questionou a competência da Primeira Turma para julgar o caso.

CONDENÇÕES

O relator do processo, ministro Alexandre de Moraes, abriu o voto em que afirmou que “não há dúvida de que houve tentativa de golpe e de abolição do Estado Democrático de Direito”.

Segundo ele, o grupo criou e operou uma “milícia digital”, com o objetivo de espalhar notícias falsas e desacreditar o sistema eleitoral.

Para Moraes, as provas mostraram atuação organizada entre militares, agentes públicos e civis. “O grupo utilizou campanhas coordenadas nas redes sociais para propagar notícias falsas e atacar instituições da República”, disse.

MINISTROS

O ministro Cristiano Zanin acompanhou integralmente o relator, e destacou a existência de hierarquia e divisão de tarefas. “Havia uma estrutura organizada, com funções específicas, e não um conjunto difuso de manifestantes”, afirmou.

A ministra Cármen Lúcia também votou pela condenação. Ela ressaltou o impacto social da desinformação. “Com as mensagens falsas, direcionadas e repetidas, assolou-se a irritabilidade política, transformando o debate público em um campo minado”, lembrou.

O ministro Flávio Dino reforçou a necessidade de responsabilização. “A desinformação não pode ser minimizada; ela é uma forma de violência psicológica contra a democracia”, declarou.

DIVERGENTE

Único a divergir, Luiz Fux votou pela absolvição da maioria dos

réus, sob o argumento que as condutas descritas não caracterizam organização criminosa. “Comportamentos de turbas desordenadas ou iniciativas esparsas, despidas de articulação mínima, não satisfazem o núcleo do tipo penal”, afirmou.

Fux também questionou a competência da Primeira Turma, e defendeu que o caso deveria ser apreciado pelo plenário do STF. “O Supremo, enquanto [sic] Corte Constitucional, não tem jurisdição natural para julgar este caso”, disse.

O ministro já havia adotado postura semelhante em setembro, quando votou pela absolvição do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-ministro Anderson Torres em outro processo ligado à trama golpista — e novamente ficou vencido.

DOSIMETRIA

As penas fixadas refletem o grau de envolvimento de cada integrante. O major da reserva Angelo Denicoli recebeu a punição mais severa, 17 anos de prisão.

O coronel Reginaldo Vieira de Abreu foi condenado a 15 anos e 6 meses, seguido de Marcelo Araújo Bormevet (14 anos e 6 meses), Giancarlo Rodrigues (14 anos), Ailton Moraes Barros (13 anos e 6 meses), Guilherme Marques de Almeida (13 anos e 6 meses) e Carlos César Moretzsohn Rocha (7 anos e 6 meses).

Os ministros também fixaram indenização solidária mínima de R\$ 30 milhões, destinada a reparar danos causados à coletividade.

SIGNIFICADO

A decisão reforça o entendimento consolidado no Supremo de que a difusão sistemática de desinformação contra o processo eleitoral pode configurar crime contra o Estado Democrático de Direito.

Após a publicação do acórdão, começa a contagem dos prazos recursais. Advogados de defesa já indicaram que pretendem apresentar embargos de declaração — recurso — e recorrer da decisão ao plenário do STF.

A condenação do “núcleo 4” marca mais uma etapa no julgamento da trama golpista investigada desde 2023, que envolve também os chamados núcleos militar, financeiro e político.

CRUCIAL

A condenação do “núcleo 4” reforça o entendimento do Supremo já consolidado no julgamento do “núcleo crucial”, formado por articuladores políticos e militares da tentativa de golpe.

Na ocasião, os ministros também reconheceram a existência de coordenação entre diferentes grupos que atuaram em frentes complementares: difusão de fake news, mobilização de financiadores e preparação logística dos atos.

“Os núcleos se complementavam; a desinformação era o elo entre o discurso e a ação golpista”, destacou Moraes, lembrando o julgamento anterior.

A decisão sobre o “núcleo 4” reforça, portanto, a tese de que a manipulação digital e as campanhas de ódio foram instrumentos fundamentais para viabilizar a tentativa de ruptura institucional.

JULGAMENTOS

Ainda restam ser julgados os “núcleos 2 e 3”, que abrangem financiadores e articuladores militares envolvidos na convocação e apoio material aos atos de 8 de janeiro.

Esses julgamentos devem ocorrer nas próximas semanas e poderão consolidar a responsabilização dos principais agentes da trama golpista, que culminou com o 8 de janeiro de 2023.

Gustavo Moreno/STF



Ministro Alexandre de Moraes, relator do caso

Ministra e presidente do PCdoB afirma que as eleições de 2026 “serão uma batalha entre o Brasil de Tiradentes e o de Silvério dos Reis, dos entreguistas, dos traidores da pátria”

A presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos, ministra da Ciência e Tecnologia do governo Lula, defendeu a união dos brasileiros em defesa da soberania nacional, da democracia, do desenvolvimento e da valorização do trabalho.

No evento de abertura do 16º Congresso do Partido Comunista do Brasil, denunciou que o “obstáculo central” para o desenvolvimento econômico do país é a “alta taxa de juros do Banco Central”. O congresso da legenda vai até o domingo (19).

“Ela é inaceitável, não há explicação macroeconômica para que se mantenha isso”, criticou. “Nós precisamos enfrentar essa taxa de juros nas ruas e nas redes para poder garantir que siga a marcha de crescimento do nosso país”.

Luciana Santos indicou que a frente política que apoiará Lula nas eleições de 2026 tem que apresentar “medidas concretas para melhorar a vida do povo”. O PCdoB apresenta em seu Congresso a necessidade de “reformas estruturais democráticas essenciais para libertar o país das amarras neoliberais e permitir um desenvolvimento soberano e socialmente justo”.

A presidente do PCdoB apontou que as eleições de 2026 “serão uma batalha entre o Brasil de Tiradentes, daqueles que defendem a independência, a soberania e o desenvolvimento, e o Brasil de Silvério dos Reis, dos entreguistas, dos traidores da pátria”.

“O caminho é claro: lutar por uma nova vitória da nação e da classe trabalhadora em 2026.

Lula anuncia deputado Guilherme Boulos para a Secretaria-Geral da Presidência

O presidente Lula (PT) anunciou, na segunda-feira (20), a nomeação do deputado federal Guilherme Boulos (PSol-SP) como novo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ele vai substituir o ministro Márcio Macêdo (PT) na pasta.

A troca integra uma reformulação ministerial que visa reforçar a interlocução do governo com os movimentos sociais — justamente a atribuição principal da pasta que será ocupada por Boulos.

A decisão também sinaliza o esforço do Palácio do Planalto para reaproximar o governo de setores populares que foram decisivos na vitória eleitoral de 2022, mas que hoje demonstram certo distanciamento e frustração diante do ritmo de entregas sociais.

Lula tem repetido a interlocutores que é preciso “reacender o entusiasmo” da base militante e dar mais visibilidade às pautas de combate à fome, à moradia e à desigualdade — agendas nas quais Boulos construiu a trajetória política dele.

CONTEXTO

Segundo fontes do Palácio, a substituição de Macêdo tem como objetivo “oxigenar” a pasta com nome que tenha mais legitimidade na militância e nos movimentos populares.

A própria Secretaria-Geral é estratégica: responsável pelo diálogo do governo com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e lideranças de base.

Internamente, havia des-

Brasil rejeita no Mercosul elogio a prêmio para golpista venezuelana

O Brasil recusou assinar e barrou a proposta da Argentina de incluir em ata de uma reunião do Mercosul uma saudação à entrega do Nobel da Paz para a golpista venezuelana Maria Corina, que defende a submissão da Venezuela aos Estados Unidos.ww

O representante da Argentina propôs que fosse colocado na ata da reunião do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul, realizada na sexta-feira (10), em Brasília, um texto saudando a premiação e exaltando Maria Corina

A jornada pela vitória de Lula em 2026 começa agora nas ruas, nas redes, com a força e pujança de nossas ideias”.

A ministra avalia que “as recentes investidas do imperialismo falharam”. “O Brasil reagiu com firmeza reunindo governo, Congresso, STF [Supremo Tribunal Federal] e a sociedade na defesa da democracia e da soberania. A bandeira do Brasil voltou para as mãos dos verdadeiros patriotas”.

“Nesse cenário, o governo Lula segue se destacando pelas conquistas sociais, pela retomada do desenvolvimento com forte protagonismo internacional, com o fortalecimento do BRICS, com a realização da COP-30 em Belém, enquanto o bolsonarismo se desmascara e perde apoio”, continuou. No entanto, os patriotas devem se manter “atentos e fortes”, advertiu, para as ameaças à democracia e à soberania.

Acerca do cenário internacional, Luciana Santos enfatizou que “frente às crises e a um capitalismo decadente, o socialismo ressurgiu como esperança e necessidade histórica”.

Ela apontou que as alianças trançadas pelo Brasil, em especial por meio do BRICS, são peça fundamental para a construção de um mundo multipolar.

O PCdoB também celebra “a posição do governo Lula contra o genocídio do povo palestino e pelo cessar-fogo em Gaza”. A presidente da legenda afirmou que Israel comete “crime de lesa-humanidade”.

O partido defende um estado palestino soberano.

gaste com Macêdo, que vinha sendo alvo de críticas por baixa mobilização em eventos de cunho social e por interlocução considerada insuficiente.

Para o governo, a entrada de Boulos representa aceno claro aos movimentos populares. Mas não está isenta de tensões políticas, já que parte da direção do PT alertou para os desafios de ampliar alianças mais à centro-esquerda.

“Convidei o deputado Guilherme Boulos para assumir o cargo... Ele vai substituir o companheiro Márcio Macêdo na função, a quem agradeço por todo o trabalho realizado para a ampliação e o fortalecimento da participação social em nosso governo”, disse Lula no anúncio oficial.

QUEM É

Guilherme Castro Boulos, nascido em São Paulo, em 19 de junho de 1982, é professor, psicanalista, escritor, ativista e deputado federal filiado ao PSol.

Ele iniciou a militância política no movimento estudantil secundarista. Atuava nas fileiras do velho Partidão — PCB (Partido Comunista Brasileiro). Formou-se em Filosofia pela USP (Universidade de São Paulo) e fez mestrado em Psiquiatria também pela USP.

Ganhou projeção nacional como coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), organização de luta por moradia urbana. Em 2022, foi eleito deputado federal por São Paulo, com mais de 1 milhão de votos — o mais votado naquele pleito.

por defender a democracia na Venezuela. A movimentação só foi acompanhada pela Colômbia e Paraguai, que “saudaram a entrega do Prêmio Nobel da Paz de 2025 a Maria Corina Machado por sua incansável defesa da democracia e das liberdades fundamentais”. O que, por sinal, não é verdade. Corina defende golpe e democracia para ela e sua trupe e autoritarismo contra o povo venezuelano. Ela agradeceu o prêmio a Donald Trump. Maria Corina foi indicada ao Nobel por Marco Rubio, secretário estado de Trump.

Número de falhas e panes na rede da Sabesp explode após privatização

Explosão de falhas em 2025 deixa claro que a privatização da Sabesp não significou avanço, mas sim retrocesso

O número de falhas na rede de água e esgoto da cidade de São Paulo disparou em 2025, primeiro ano completo após a privatização da Sabesp, realizada em 2024. Segundo dados obtidos pela TV Globo junto à Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) por meio da Lei de Acesso à Informação, até julho deste ano já haviam sido registradas 52 falhas – um número alarmante, que já supera, em poucos meses, todo o acumulado do ano passado, quando houve apenas 7 ocorrências.

A escalada das falhas é um contraste gritante com os anos anteriores, quando a Sabesp ainda era estatal. Em 2020, foram registradas 82 falhas, mas esse número vinha caindo: foram 43 em 2021, 33 em 2022 e 20 em 2023. A queda abrupta para 7 em 2024 parecia sinalizar uma estabilidade. No entanto, bastou a empresa ser privatizada para os problemas voltarem a crescer de forma acelerada.

A situação afeta diretamente a população com interrupções no abastecimento de água elevação da tarifa, esgoto a céu aberto e falhas em equipamentos essenciais, como bombas e estações de tratamento. Aumento de falhas, deterioração da infraestrutura e prejuízos diretos à população, especialmente nas regiões mais vulneráveis da cidade o que a empresa entrega aos consumidores após o controle privado.

Na capital paulista, a Zona Norte é a mais atingida, seguida pela Zona Sul e pela Zona Leste, justamente os locais onde a população mais depende de um serviço público eficiente e acessível.

Mesmo após a privatização, a empresa alega que cerca de 30% das falhas decorrem de fatores externos, como falta de energia ou vandalismo. No entanto, especialistas apontam que a maior parte dos problemas podem estar relacionada à falta de manutenção, à ausência de monitoramento técnico adequado e ao desinteresse da nova gestão privada em investir em áreas que não oferecem retorno imediato de lucro.

Para o engenheiro Antonio Eduardo Giansante, professor de infraestrutura urbana do Mackenzie, em entrevista ao G1, a situação demonstra a falta de planejamento e a prioridade dada à correção de falhas em vez de ações preventivas e de monitoramento constante, que permitiriam identificar problemas antes que causassem danos.

“Tem eventos de falhas que não estão no controle da Sabesp que é, por exemplo, a falta de energia elétrica, o vandalismo que é o roubo de equipamentos de fios”, disse, “mas tem outros que são de responsabilidade (dos) que estão no controle da Sabesp”, afirmou Giasante.

“Então isso mostra que é uma necessidade de se aumentar o grau de planejamento da manutenção”, observa. “Ela não pode ser somente corretiva para evitar falhas, precisa ser também preventiva e até preditiva”, resalta. Significa, “acompanhar o funcionamento do equipamento, suas variáveis de controle para saber se está na hora de se trocar ou não”, defende o engenheiro.

A experiência comprova que a gestão privada de serviços essenciais prioriza o lucro em vez do interesse público. Após a privatização da Sabesp, vieram o aumento das falhas, riscos à saúde e abandono das regiões mais pobres. Quando pública, a empresa era lucrativa, investia na expansão do serviço e garantia o acesso universal à água e ao esgoto, agora, opera com foco empresarial, ignorando seu papel social.

A explosão de falhas em 2025 deixa claro que a privatização da Sabesp não significou avanço, mas sim retrocesso. Em vez de melhorias, o que a população tem enfrentado são cortes, falhas, prejuízos e mais exclusão.

“Enquanto mais de 700 apartamentos em Santo Amaro, zona sul da capital paulista, sofrem há quase um mês com a falta d’água, a Sabesp privatizada comemora um feito: lucro líquido de R\$ 9,5 bilhões em 2024, um salto de 171,9% em relação ao ano anterior. A denúncia é do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo).

Em razão da redução da pressão da água, justificada pela queda no nível dos reservatórios, moradores de Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo, ficaram sem abastecimento por vários dias entre setembro e o início de outubro. A falta de água persistiu durante o dia e a noite, forçando as famílias a comprarem água mineral para beber e a recorrer a caminhões-pipa para garantir a higiene pessoal, lavar roupas e louça.

“E por que isso acontece? Porque para garantir lucros bilionários, a Sabesp foca na arrecadação, corta pessoal e rebaixa salários. Mais de 4 mil trabalhadores já foram desligados, sendo 1,35 mil da Operação – justamente a área responsável por fazer a água chegar às torneiras da população”, critica o Sintaema.

A entrega da empresa foi feita com promessas que já se provaram falsas, e agora os paulistanos pagam o preço. Longe de resolver os problemas, a privatização agravou aquilo que já precisava de atenção. A água, que é um direito de todos, passou a ser tratada como mercadoria nas mãos de poucos. “Água que deveria matar a sede da população virou fonte inesgotável de ganhos para o mercado financeiro”, aponta o sindicato.

Servidores da Funai relataram que as denúncias criaram um ambiente de perseguição e tentativa de criminalizar o trabalho indigenista. A sentença destacou que, como delegado federal e dirigente do órgão, Xavier tinha pleno conhecimento técnico e sabia que não havia indícios de crime.

O ex-presidente da Funai foi condenado a cinco anos de prisão em cada um dos dois processos, além da perda do cargo público de delegado da PF e do pagamento de R\$ 50 mil por danos morais. A decisão ainda será comunicada ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, que deve suspender seus direitos políticos. Xavier, no entanto, poderá recorrer em liberdade.

Em nota, a defesa do ex-presidente da Funai afirmou ter recebido a decisão “com perplexidade e indignação”, alegando que todas as suas ações ocorreram “no estrito cumprimento do dever legal”. Disse ainda confiar na Justiça e nas instituições e anunciou que recorrerá por entender que a sentença “carece de elementos mínimos para a condenação”.

A defesa também negou qualquer tentativa de instrumentalizar a PF ou o MPF para constranger indígenas ou servidores, sustentando que o ofício usado como base para a condenação apenas questionava a gestão de uma indenização milionária destinada à comunidade Waimiri Atoari. Por fim, declarou que lutará pela “reforma total da sentença para demonstrar a inocência” de Xavier.



Tubulação da Sabesp atravessou a sala onde a idosa estava sentada

Procon e governo federal questionam aéreas por cobrança de bagagens de mão

As principais companhias aéreas do país estão sob investigação de órgãos de defesa do consumidor e autoridades federais após anunciarem novas tarifas que restringem o transporte de bagagens de mão. A Fundação Procon-SP notificou Azul, Gol e Latam para que expliquem, até a próxima segunda-feira (20), a criação da categoria “básica” — modelo de tarifa que impõe limites adicionais ao transporte de mochilas e pequenas malas.

Segundo a assessora técnica da Diretoria de Atendimento do Procon-SP, Renata Reis, a intenção é apurar se o novo formato representa benefício real ao consumidor.

“Por exemplo, se esse tipo de alteração vai implicar em uma diminuição da tarifa; qual seria o tipo de volume e peso vinculado ao preço; que tipo de modalidade de passagem ou composição de oferta vai ser atrelado a esse tipo de nova tarifa; como a empresa vai controlar na aeronave as disposições de mochilas, pequenas malas, no mesmo voo?”, explicou.

Ela reforçou que o passageiro deve ser informado com antecedência e clareza sobre as mudanças, e adiantou que o órgão pode adotar novas medidas conforme as respostas.

“Nós vamos analisar essas informações para verificar as implicações e se haverá necessidade de adoção de outras medidas ou de outras providências”, afirmou.

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) também notificou Gol e Latam para que detalhem como estão sendo comercializadas as passagens sem franquia de bagagem de mão e se o consumidor é devidamente alertado antes da compra. Em nota, o órgão reconheceu que, embora as empresas possam estar legalmente amparadas, “a conduta não traz



Nova tarifa prejudica ainda mais os passageiros

benefícios ao consumidor, e por isso merece revisão”.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), por sua vez, pediu explicações adicionais às três companhias sobre possíveis cobranças em voos internacionais. A Latam já aplica a medida, e a Gol informou que fará o mesmo. A Azul declarou que não cobrará bagagem de mão em viagens internacionais. O presidente da Anac, Tiago Faierstein, explicou que, nos voos domésticos, não há cobrança, mas sim uma diferenciação entre mochilas e malas de até 10 kg guardadas no compartimento superior. A agência informou que prepara estudos técnicos para embasar um projeto de lei que promova uma “regulação equilibrada, preservando tanto o direito dos passageiros quanto a competitividade das companhias aéreas”.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reafirmou que o governo mantém o “compromisso com uma aviação mais justa, acessível e democrática para todos os brasileiros”.

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) nega que haja nova cobrança, alegando que as tarifas “básicas” são, na verdade, uma forma de desconto para quem viaja apenas com bolsa ou mochila, sem ocupar espaço

na bagagem.

A Gol Linhas Aéreas afirmou que, desde a última terça-feira (14), oferece a tarifa Basic, voltada para rotas internacionais, com a promessa de passagens mais baratas. Segundo a empresa,

“Os clientes que escolherem essa tarifa poderão levar na cabine apenas uma bolsa ou uma mochila (item pessoal) de até 10 kg, nas medidas máximas de 32 cm (largura) x 22 cm (altura) x 43 cm (profundidade) para que seja acomodada debaixo do assento à frente.”

A Latam Airlines ressaltou que suas tarifas no Brasil continuam permitindo levar gratuitamente 10 kg de bagagem na cabine, mas que, desde outubro de 2024, opera uma classe Basic em rotas sul-americanas, oferecendo “uma opção de compra mais econômica, ideal para passageiros que viajam com pouca bagagem”. Nessa modalidade, o passageiro pode levar um item pessoal de até 10 kg, com dimensões máximas de 45 cm de altura, 35 cm de comprimento e 20 cm de largura. As demais classes tarifárias incluem, pelo menos, “um item pessoal de até 10 kg e uma mala pequena pesando entre 12 kg e 16 kg a depender da tarifa”.



Roni Miranda e Ratinho Junior

Secretário de Ratinho Jr. quer que professores trabalhem doentes para não perderem salário

Em pleno Dia dos Professores, o secretário de Educação do Paraná, Roni Miranda, fez declarações cruéis e alarmantes ao admitir que professores da rede estadual estão indo trabalhar doentes para evitar descontos salariais. A fala ocorreu durante entrevista à rádio Jovem Pan News Curitiba, nesta quarta-feira (15), e escancarou a precarização da profissão no estado sob a gestão do governador Ratinho Júnior (PSD).

Segundo o secretário, a legislação atual, imposta por decreto do próprio governo, não permite distinguir o tipo de afastamento ou doença ao aplicar os cortes na GTE (Gratificação de Tecnologia e Ensino). A medida afeta diretamente profissionais que precisam se afastar por motivo de saúde – inclusive em casos graves, como tratamento de câncer – gestantes em licença maternidade e até em ausências justificadas por pericia médica.

“O nosso decreto acaba atendendo várias situações. É um bônus para quem está na ativa, trabalhando, dando expediente na escola. E a pessoa que não está acaba sendo afetada”. Segundo ele, “a legislação não tem como separar por CID [Classificação Internacional de Doenças]. Uma consulta no dentista, eu vou descontinuar. Uma consulta no oncologista, não tem como separar”, disse Roni Miranda.

Ainda na entrevista, ele afirmou que há “vários casos de professores que vão trabalhar doentes ou remarcam suas consultas em um horário em que não vai estar dando expediente, para que não haja prejuízo para os estudantes”.

ATAQUE À DIGNIDADE

As falas do secretário foram duramente criticadas pela APP-Sindicato, que representa os professores da rede estadual. Em nota de repúdio oficial, a entidade classificou as declarações como uma “confissão escandalosa” e um ataque direto à dignidade da categoria.

“A APP-Sindicato repudia com veemência as declarações do secretário da Educação do governador Ratinho Jr. (PSD), Roni Miranda, que iniciou o Dia do Professor, nesta quarta-feira (15), com uma entrevista escandalosa onde defendeu as medidas criadas em sua gestão para punir com redução no salário os(as) professores(as) que adoecem. O secretário também teve a coragem de confessar ter conhecimento de que, em decorrência das suas decisões, os(as) professores(as) estão indo trabalhar doentes”, diz trecho da nota.

A entidade relembra que em 2024 mais de 10 mil educadores da rede estadual foram afastados por problemas ligados à saúde mental, reflexo de um ambiente de trabalho marcado por assédio moral institucional, vigilância excessiva, metas inatingíveis e perda de autonomia pedagógica.

“Essas declarações do secretário Roni Miranda ocorrem poucos meses após duas professoras morrerem em sala de aula, na cidade de Curitiba, e viralizar na internet a imagem de um professor fazendo curso no leito do hospital porque a Secretaria da Educação exigia 100% de presença, não aceitava atestado médico e previa consequências para quem não participasse da formação”, continua o texto.

“Somado a tudo isso, também foram divulgados neste ano dados oficiais produzidos pelo governo mostrando que, em 2024, mais de 10 mil educadores(as) que atuam na rede estadual de ensino precisaram se afastar do trabalho para tratamento de problemas ligados à saúde mental”, critica a entidade.

O sindicato denunciou o governo ao Ministério Público do Trabalho (MPT), pedindo a abertura de investigação pelos descontos ilegais e violações de direitos trabalhistas, especialmente relacionados à GTE, que pode chegar a R\$ 846,32 mensais. Em casos de afastamento superior a 15 dias – mesmo com laudo médico –, a gratificação é integralmente suspensa, o que resulta em perdas que, segundo o sindicato, ultrapassam R\$ 2 mil para alguns docentes. “Cuidar da nossa saúde sem ser punido é um direito nosso”, reforçou Mazeto.

Segundo Roni Miranda, o governo do Paraná seguirá ampliando os colégios cívico-militares e terceirizando escolas, medidas que revelam o absoluto desdém e a indiferença da gestão diante da grave crise na educação pública. Enquanto os professores adoecem e enfrentam condições de trabalho precárias, o governo prefere priorizar políticas que aprofundam a militarização e a privatização, ignorando as reais necessidades da categoria e da comunidade escolar.

Apesar dos cortes na GTE, o governo e deputados da base de Ratinho Júnior afirmam que os professores do Paraná têm salários “bons”. Em vez de reajustar a data-base, preferem pagar gratificações que não contam para a aposentadoria e podem ser suspensas a qualquer momento. Em agosto, o secretário das Cidades, Guto Silva, disse que ser professor no Paraná é “uma maravilha”.

Servidores convocam protesto contra reforma administrativa



Reunião do Fórum, dos Servidores de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate)



Vínculo precário no serviço público é um risco a atendimentos essenciais, alerta CTB

Na quarta parte da série “Desmontando a farsa da Reforma Administrativa”, em que alerta para os riscos do desmonte do serviço público, ameaça ao funcionamento do Estado brasileiro e dos serviços prestados à população, contidos na nova proposta de Reforma que avança na Câmara dos Deputados, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) ressalta sua denúncia nos contratos temporários e ampliação da terceirização previstos no Projeto de Lei. De acordo com a CTB, o texto propõe a criação da figura do agente público temporário, com prazo máximo de vínculo de cinco anos e contratação por processo seletivo simplificado — “um mecanismo que, segundo especialistas e entidades sindicais, abre brechas para o clientelismo, a rotatividade e a substituição dos servidores efetivos por trabalhadores com vínculos precários”, diz a Central.

“Embora o projeto preveja alguns direitos mínimos, como 13º salário, 30 dias de férias anuais e indenização proporcional ao tempo trabalhado, a proposta reduz a estabilidade e ignora a natureza essencial de diversos serviços públicos que exigem continuidade, imparcialidade e compromisso

de longo prazo”, evidencia a análise da CTB.

A CTB destaca ainda a preocupação com a terceirização e da execução indireta das atividades públicas. “O projeto estabelece que, antes de repor servidores por concurso, cada órgão deverá realizar um ‘estudo técnico preliminar’ para avaliar a possibilidade de terceirizar ou substituir postos de trabalho por tecnologia”, denuncia a entidade.

A CTB sublinha que, na avaliação das centrais sindicais, “o dispositivo institucionaliza a terceirização e o desmonte gradual do funcionalismo público, transformando direitos e carreiras em contratos temporários, instáveis e dependentes da lógica de mercado”. “O projeto disfarça de modernização o que, na verdade, é uma ampliação da precarização. O Estado passa a funcionar como uma empresa, mas sem a garantia de continuidade, sem neutralidade e sem compromisso com o interesse público”, avalia a CTB.

A entidade chama a atenção ainda para a ameaça à qualidade do serviço público e ao atendimento à população: “Com a permissão para terceirização generalizada, a Reforma Administrativa ameaça a qualidade do atendimento à população,

compromete a fiscalização de políticas públicas e reduz a autonomia técnica dos servidores — pilares fundamentais de um Estado democrático e eficiente”. “A CTB e demais entidades representativas dos trabalhadores públicos seguem mobilizadas em todo o país contra o avanço do projeto e defendem uma reforma que fortaleça o serviço público, amplie o acesso da população e valorize quem garante o funcionamento do Estado brasileiro”, afirma a Central.

Para a entidade, essas mudanças “configuram um projeto de desmonte do serviço público, que busca enfraquecer as carreiras, flexibilizar as regras de ingresso e abrir caminho para a privatização de funções essenciais do Estado”. Falando sobre a importância do concurso público, a CTB reforça ser ele “uma conquista democrática”. O concurso público “garante que o ingresso no Estado se dê por mérito e não por apadrinhamento político. A Reforma Administrativa tenta mascarar o desmonte do funcionalismo sob o discurso de eficiência e modernização, mas, na verdade, representa a precarização das carreiras e a ameaça à soberania nacional”, frisa a CTB.



Sem recursos, INSS suspende programa para redução de fila

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) suspendeu temporariamente o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), criado para agilizar a análise de pedidos de benefícios previdenciários e reduzir a longa fila de espera. A decisão foi motivada por insuficiência orçamentária.

Em comunicado interno enviado aos servidores, o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, determinou a interrupção das atividades do programa. Com isso, novas tarefas não serão encaminhadas para as filas extraordinárias, e os processos pendentes retornarão às filas comuns de análise.

O PGB foi instituído pela Medida Provisória nº 1.296, de abril de 2025, e convertido na Lei nº 15.201 em setembro do mesmo ano. Seu objetivo era reforçar o trabalho de análise de benefícios, com pagamento extra a servidores que atuassem fora do horário regular.

Atualmente, mais de 2,6 milhões de pessoas aguardam a concessão de algum tipo de benefício do INSS, como aposentadorias, auxílios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) e pensões.

O governo federal informou que a recomposição orçamentária está prevista, e o programa deverá ser retomado assim que houver disponibilidade financeira. No entanto, ainda não há data definida para isso.

Justiça de São Paulo determina que Tarcísio reconduza professores demitidos durante licença médica

A Justiça de São Paulo determinou que os professores do Programa Sala de Leitura, demitidos pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), sejam reconduzidos aos seus cargos em um prazo máximo de 15 dias.

O magistrado Josué Vilela Pimentel determinou o restabelecimento das aulas e dos contratos que foram reduzidos ou extintos, sob pena de multa diária de mil reais para cada docente não regularizado, limitada a um teto de 50 mil reais.

A decisão barrou uma resolução do governo Tarcísio que, na prática, abria espaço para punir professores que tivessem afastados ou em licença médica no curso de atribuições de aulas.

O questionamento na Justiça partiu do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), que se mobilizou contra o afastamento de docentes afastados ou em licença médica.

A Justiça já havia barrado o processo imposto pela Secretaria de Educação do estado (resolução 95/2024) com base em uma resolução que previa que as atribuições de aulas, além da jornada regular, só valeria para professores que tivessem 90% ou mais de frequência, no período de 15 de fevereiro a 31 de agosto de 2024.

A resolução estabelecia que docentes com 60 faltas-aulas ou 12 faltas no mês perderiam aulas atribuídas. Professores que estavam de licença ou afastamentos também perderiam suas aulas.

Assim, a Secretaria de Educação incluía na lista a ausência dos docentes que não seria considerada falta, como nos casos de licença maternidade e paternidade, licença óbito, licença gala, folga TRE, entre outras.

Para a Apeoesp a resolução viola legislações estaduais, como o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, que prevê uma série de situações em que, mesmo que o funcionário esteja afastado, será considerado de efetivo exercício. As licenças por doença profissional estão citadas.

O sindicato também citou que a Lei Complementar n.º 1.374/2022, que assegura que faltas justificadas não configuram inassiduidade, além de proteger afastamentos para consultas e tratamentos.

“As medidas do governo Tarcísio atingiram professores com faltas,

mesmo quando demonstram estarem doentes ou necessitam se afastar em licença médica, o que é um evidente absurdo”, afirmou a entidade.

O sindicato alerta que os afastamentos de professores já estavam sendo determinados este ano, e que poderiam se estender para o ano seguinte.

A Apeoesp aponta que cerca de 600 professores chegaram a ser demitidos neste ano, período em que começaram a se efetivar os desligamentos decorrentes da resolução.

Para a Apeoesp, a decisão reconhece que afastamentos por motivo de saúde não podem gerar punição ou desligamento de docentes e amplia decisão anterior, retrocedendo em quatro meses para evitar que a secretaria esvazie a decisão anterior, ao manter a punição aos profissionais.

Na decisão liminar, data do dia 3 de outubro, o juiz José Vilela Pimentel concedeu o pedido de liminar favorável aos docentes. “Devem ser incluídos os afastamentos e licenças médicas para tratamento de saúde, impedindo assim que, por tais razões, sejam impostos aos docentes perda de aulas, redução de jornada, extinção de contratos temporários ou impedimento de atribuições futuras baseados em tais afastamentos e licenças”.

“Tal interpretação esvazia a efetividade da tutela concedida e viola princípios basilares do direito processual e constitucional. O provimento antecipatório busca exatamente evitar lesões irreparáveis ou de difícil reparação, não fazendo sentido sua limitação temporal quando situações fáticas idênticas ocorreram em período imediatamente anterior. (...) A simples declaração de que licenças médicas integram as exceções da Resolução nada representa se os docentes já prejudicados permanecem afastados”, disse o juiz, nos autos.

Em decisão liminar de 3 de outubro de 2024, o juiz José Vilela Pimentel determinou que os afastamentos médicos e as licenças para tratamento de saúde devem ser respeitados, impedindo que esses afastamentos resultem em perda de aulas, redução de jornada ou outras sanções.

Manifestação em Brasília reunirá entidades de servidores e centrais sindicais no dia 29

Entidades de servidores públicos como o Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e as Centrais Sindicais estão convocando uma grande mobilização no próximo dia 29 – dia do Servidor Público –, em Brasília, contra a nova Reforma Administrativa que tramita na Câmara dos Deputados.

Segundo informa o Fonacate, entidades e servidores públicos de todo o país estarão na Marcha Nacional do Serviço Público, com concentração às 9 horas em frente ao Museu Nacional, para repudiar a proposta, apresentada pelo deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), que representa um grande retrocesso para os servidores e para o serviço público.

“Vamos demonstrar a força do funcionalismo para derrotar essa proposta que retira direitos e desmonta as bases do serviço público no Brasil”, afirma o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Em assembleia do Fonacate, na última terça-feira (14), lideranças das entidades filiadas denunciaram os principais pontos do texto que ameaçam os servidores, entre eles, os ataques à

estabilidade com a criação de novos tipos de contrato de trabalho e o teto de gastos aos estados e municípios, que limita os investimentos.

Eles destacaram ainda preocupações com o fim da paridade entre ativos e aposentados, com a criação de prêmios extensivos apenas a servidores ativos, e a restrição do teletrabalho, limitado a apenas um dia por semana.

“Nosso primeiro desafio é impedir que os parlamentares assinem a proposta de Emenda à Constituição. O segundo é exigir diálogo com os servidores, que não tiveram participação na elaboração do texto”, destacou Celso Malhani, representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Até o momento, 79 parlamentares assinaram a proposta do deputado Pedro Paulo, permitindo o início da tramitação na Câmara, para que o texto seja oficialmente protocolado faltam 92 assinaturas. Atentos a esse contexto, as entidades representativas dos servidores, além de atos e mobilizações, estão realizando uma série de atividades, em várias frentes, para dialogar com os parlamentares e impedir que a proposta avance na Câmara dos Deputados.



Rudinei: Verdadeiro ‘privilégio’ está nos trilhões destinados aos bancos, e não no serviço público

Em audiência pública da Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para discutir a Reforma Administrativa, o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), Rudinei Marques, alertou para os riscos de retrocessos no serviço público, e afirmou que o texto que tramita na Casa, “é inconstitucional e ignora os verdadeiros privilégios do Estado Brasileiro”.

Na audiência reque-rida e coordenada pela deputada Erika Kokay (PT-DF), na terça-feira (21), Rudinei Marques acusou a PEC, relatada pelo deputado Pedro Paulo (PSD/RJ) de “proselitista e eleitoreira”, quando, ao repetir discurso moralista de “extinção de privilégios” no setor público, ignora os verdadeiros beneficiados do Estado brasileiro, que são os “rentistas, instituições financeiras e grandes grupos econômicos”.

“Será que algum dos grandes privilegiados do Estado brasileiro são atacados nessa PEC? Qual é o maior privilégio do Estado brasileiro?”, questiona Rudinei, e ele mesmo responde: “É o privilégio

de rentistas e de instituições financeiras que levam mais de um trilhão do orçamento público todos os anos. Tem alguma linha sobre isso? Nada, zero, zero, zero”.

O líder sindical cita também as renúncias e benefícios tributários a empresas e grandes grupos econômicos. “Sabe quanto eles levam por ano? Meio trilhão, meio trilhão. Tem alguma linha na PEC sobre isso? Zero, nada”, denunciou.

“Toda vez que esse parlamento se mobiliza para taxar lucros de dividendos tem uma mobilização contra, fortíssima, violenta, agressiva, para manter os privilégios do andar de cima. A ausência de impostos sobre grandes fortunas leva quase 100 bilhões por ano”, acusou Rudinei.

Comparando a PEC sob relatoria do deputado – supostamente para combater os super salários no funcionalismo público – e a taxação as grandes fortunas, Rudinei Marques afirma: “Pessoal, aqui nós estamos falando em dois trilhões que são esquecidos na PEC e a PEC fala ali de 10 bilhões que precisam ser corrigidos, mas pegam essa fração para justificar esse esquecimento de dois trilhões que são os verdadeiros privilegiados do Brasil, é um absurdo”, destacou.



Jaafar Ashtiveh/AFP

Colheita de olivas sob frequente agressão

Jornalista denuncia ataque de colonos israelenses a agricultores palestinos

Em entrevista para o site de notícias Al Jazeera, palestinos recém soltos chamaram as cadeias em Israel de “prisões da injustiça”. Detidos por Israel, foram soltos pela troca de refêns com o Hamas na segunda-feira e retornaram a Gaza denunciando tortura nas mãos dos guardas nas prisões israelenses. “Fomos detidos em um matadouro,” disse um dos entrevistados. Militares israelenses disparavam balas de borracha contra os palestinos detidos, nas partes íntimas e nas costas. Os presos também recebiam seções de choques elétricos. Muitos foram torturados mais de uma vez ao dia.

“Dois anos com fome, juro por Deus que não comemos ou bebemos, estamos doentes, somos assombrados dia e noite, todos os tipos de tortura psicológica e física, nos ameaçam com nossos filhos”, postou nas redes sociais o jornalista palestino Shadi Abu Seido. Em uma entrevista nesta quinta-feira, 16, ao site de notícias Democracy Now!, a palestina americana, Moureen Kaki, que trabalha com causas humanitárias, esteve em contato com palestinos que retornaram dessas prisões. A maioria dos palestinos foram presos sem acusação nestes dois anos do genocídio em Gaza. “Eles estavam sendo presos ilegalmente como cativos pelos militares israelenses e depois pelo governo israelense”, disse Moureen Kaki. “Alguns deles foram mantidos em cativeiro por apenas três meses, e alguns deles por vários anos.”

“A situação é extremamente difícil para homens jovens, sem comida, sem bebida, sem cuidados médicos. enfrentam constante opressão, tormento. Quem me dera que todos prestassem atenção à sua situação. Que Deus proteja a todos. É uma sensação indescritível,” relatou Majed Abid, palestino detido por Israel a quase dois anos atrás.

“O que é muito claro a partir das imagens que estamos vendo de palestinos que foram libertados das prisões israelenses, o quevimos dos cerca de 1.700, presos em Gaza, em imagens divulgados na Cisjordânia ocupada, é o quão magros eles estão, quase esqueléticos, embora todos eles estejam usando esses moletons cinza pesados. Descreva as experiências que você já ouviu falar dessas pessoas,” disse Amy Goodman, jornalista do Democracy Now!, ao entrevistar um palestino. “Alguns dos, quero dizer, parte disso, eles não tinham como compartilhar. Parte disso foi visualmente representado em seus corpos da maneira que você estava descrevendo. Mas três pessoas a quem vimos e com quem conversamos, em particular, tiveram novos ferimentos de bala até três semanas atrás, na perna, na coxa”, disse Moureen Kaki.

“Cada um com quem falei descreveu a mesma experiência, o fato de que, desde que o cessar-fogo foi anunciado, eles só podiam beber água do banheiro. Eles não receberam comida. Alguns foram espancados pelas forças israelenses duas horas antes de sua chegada a Gaza enquanto esperavam o ônibus. Todos descreveram a tortura, tanto o tipo brutal de espancamentos em diferentes partes do corpo, mas também formas “suaves” de tortura, entre aspas, em que eram forçados a se ajoelhar ou sentar em uma posição desconfortável por várias horas de cada vez. Foi sim, realmente horrível, o que eles tinham para compartilhar,” disse Amy.

“Portanto, nenhum deles foi acusado. Isso foi tudo, na verdade, todos eles estavam sendo detidos ilegalmente, como sob a prática que você mencionou, a detenção administrativa de Israel. Todos eles descreveram o fato de que não receberam nenhum tipo de advogado. Eles não receberam nenhum tipo de comunicação com o mundo exterior. E, de fato, israelenses estavam dizendo a alguns prisioneiros que toda a sua família havia sido morta e, em alguns casos, isso não era verdade.

“E então, essas são pessoas que, quero dizer, havia uma variedade de pessoas. Havia jovens de 21 anos, lembro-me explicitamente, e depois homens mais velhos de meados dos anos cinquenta. E a maioria das pessoas com quem falei foi tirada de suas casas depois que elas foram atacadas por fogo israelense e então foram feridas ou desorientadas e retiradas de suas casas ou dos lugares em que estavam quando foram atacadas”.

“Um dos homens que acabamos de mostrar, que chorava de joelhos no chão, acabara de saber que sua esposa e filhos haviam sido mortos em um ataque aéreo israelense. Ele estava segurando uma pequena pulseira que tinha para, acredito, sua filha de 2 anos”, declarou Amy Goodman.

SINAIS DE TORTURA

O Ministério da Saúde de Gaza anunciou que recebeu os corpos de 45 palestinos que morreram enquanto estavam sob custódia de Israel. Os corpos foram entregues pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha depois do acordo de cessar-fogo na sexta-feira, 10. Uma fonte que trabalha no Hospital Nasser em Khan Younis, relatou para o site de notícias Middle East Eye, que alguns dos falecidos foram mortos recentemente, outros já estavam em estado avançado de decomposição e de outros havia apenas restos mortais parciais. Os cadáveres mostraram sinais de tortura, execuções e alguns até de terem sido esmagados com tanques militares. Corpos com sinais de abuso extremo, marcas de estrangulamento, mutilação, desmembramento e ossos quebrados. Alguns estavam com os olhos vendados, com as mãos e pés amarrados.

Eyad Baba/AFP



Bombas foram lançadas por Israel rompendo o cessar-fogo

Palestinos relatam tortura em prisões israelenses: “Fomos detidos em um matadouro”

Em entrevista para o site de notícias Al Jazeera, palestinos recém soltos chamaram as cadeias em Israel de “prisões da injustiça”.

Detidos por Israel, foram soltos pela troca de refêns com o Hamas na segunda-feira e retornaram a Gaza denunciando tortura nas mãos dos guardas nas prisões israelenses.

“Fomos detidos em um matadouro,” disse um dos entrevistados.

Militares israelenses disparavam balas de borracha contra os palestinos detidos, nas partes íntimas e nas costas. Os presos também recebiam seções de choques elétricos. Muitos foram torturados mais de uma vez ao dia.

“Dois anos com fome, juro por Deus que não comemos ou bebemos, estamos doentes, somos assombrados dia e noite, todos os tipos de tortura psicológica e física, nos ameaçam com nossos filhos”, postou nas redes sociais o jornalista palestino Shadi Abu Seido. Em uma entrevista nesta quinta-feira, 16, ao site de notícias Democracy Now!, a palestina americana, Moureen Kaki, que trabalha com causas humanitárias, esteve em contato com palestinos que retornaram dessas prisões. A maioria dos palestinos foram presos sem acusação nestes dois anos do genocídio em Gaza.

“Eles estavam sendo presos ilegalmente como cativos pelos militares israelenses e depois pelo governo israelense”, disse Moureen Kaki. “Alguns deles foram mantidos em cativeiro por apenas três meses, e alguns deles por vários anos.”

“A situação é extremamente difícil para jovens, sem comida, sem bebida, sem cuidados médicos. enfrentam constante opressão, tormento. Quem me dera que todos prestassem atenção à sua situação. É uma sensação indescritível,” relatou Majed Abid, palestino detido por Israel há quase dois anos.

“O que é muito claro a partir das imagens que estamos vendo de palestinos que foram libertados das prisões israelenses, o que vimos dos cerca de 1.700, presos em Gaza, em imagens divulgados na Cisjordânia ocupada, é o quão magros eles estão, quase esqueléticos, embora todos estejam usando esses moletons cinza pesados.

Human Rights Watch



Palestinos apresentam provas de tortura

Descreva as experiências que você já ouviu falar dessas pessoas,” disse Amy Goodman, jornalista do Democracy Now!, ao entrevistar um palestino.

“Alguns dos, quero dizer, parte disso, eles não tinham como compartilhar. Parte disso foi visualmente representado em seus corpos da maneira que você estava descrevendo. Mas três pessoas a quem vimos e com quem conversamos, em particular, tiveram ferimentos de bala até três semanas atrás, na perna, na coxa”, disse Kaki.

“Cada um com quem falei descreveu a mesma experiência, o fato de que, desde que o cessar-fogo foi anunciado, eles só podiam beber água do banheiro. Eles não receberam comida. Alguns foram espancados pelas forças israelenses duas horas antes de sua chegada a Gaza enquanto esperavam o ônibus. Todos descreveram a tortura, tanto o tipo brutal de espancamentos em diferentes partes do corpo, mas também formas “suaves” de tortura, entre aspas, em que eram forçados a se ajoelhar ou sentar em uma posição desconfortável por várias horas de cada vez. Foi sim, realmente horrível, o que eles tinham para compartilhar,” disse Amy.

“Portanto, nenhum deles foi acusado. Isso foi tudo, na verdade, todos eles estavam sendo detidos ilegalmente, como sob a prática que você mencionou, a detenção administrativa de Israel. Todos eles descreveram o fato de que não receberam nenhum tipo de advogado. Eles não receberam nenhum tipo de comunicação com o mundo exterior. E, de fato, israelenses estavam dizendo a alguns prisioneiros que toda a sua família havia sido morta e, em alguns casos, isso não era verdade.

“E então, essas são pessoas que, quero dizer, havia uma variedade de pessoas. Havia jovens de 21 anos, lembro-me explicitamente, e depois homens mais velhos de meados dos anos cinquenta. E a maioria das pessoas com quem falei foi tirada de suas casas depois que elas foram atacadas por fogo israelense e então foram feridas ou desorientadas e retiradas de suas casas ou dos lugares em que estavam quando foram atacadas”.

que, quero dizer, havia uma variedade de pessoas. Havia jovens de 21 anos, lembro-me explicitamente, e depois homens mais velhos de meados dos anos cinquenta. E a maioria das pessoas com quem falei foi tirada de suas casas depois que elas foram atacadas por fogo israelense e então foram feridas ou desorientadas e retiradas de suas casas ou dos lugares em que estavam quando foram atacadas”.

“Um dos homens que acabamos de mostrar, que chorava de joelhos no chão, acabara de saber que sua esposa e filhos haviam sido mortos em um ataque aéreo israelense. Ele estava segurando uma pequena pulseira que tinha para, acredito, sua filha de 2 anos”, declarou Amy Goodman.

PALESTINOS EXECUTADOS

O Ministério da Saúde de Gaza anunciou que recebeu os corpos de 45 palestinos que morreram enquanto estavam sob custódia de Israel. Os corpos foram entregues pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha depois do acordo de cessar-fogo na sexta-feira, 10.

Uma fonte que trabalha no Hospital Nasser em Khan Younis, relatou para o site de notícias Middle East Eye, que alguns dos falecidos foram mortos recentemente, outros já estavam em estado avançado de decomposição e de outros havia apenas restos mortais parciais.

Os cadáveres mostraram sinais de tortura, execuções e alguns até de terem sido esmagados com tanques militares. Corpos com sinais de abuso extremo, marcas de estrangulamento, mutilação, desmembramento e ossos quebrados. Alguns estavam com os olhos vendados, com as mãos e pés amarrados.

Sul-coreanos exigem a retirada total das forças israelenses da Faixa de Gaza

A coalizão, Pessoas Solidárias com os Palestinos (PSP), realizou manifestação em Seul chamada de “Dois anos desde o massacre de Gaza – Dia Nacional de Ação”. Em um dos pontos de concentração do ato, a repulsa a Netanyahu foi demonstrada com sapatos arremessados contra sua foto

“Foi o movimento de solidariedade global que isolou Israel e os Estados Unidos e forçou esse cessar-fogo à mesa”, comunicaram.

“Nos últimos dois anos, apesar dos obstáculos, protestos e greves mundiais – da Itália à América Latina – continuaram, intensificando o isolamento do regime israelense e minando a legitimidade de seus aliados ocidentais.”

Gritando palavras de ordem, “Somos todos palestinos” e “Do rio ao mar, a Palestina será livre”, eles marcharam

Redes Sociais



Poster com Netanyahu, que é repudiado às sapatadas

pela capital, Seul, concentrando-se diante das embaixadas dos EUA e de Israel, exigindo o envio imediato de ajuda humanitária a Gaza e a libertação da Palestina.

Organizadores do protesto criticaram a superficialidade do acordo de cessar-fogo, e denunciaram que a maior parte de Gaza sob esse acordo continuará sendo ocupada pelas forças de Israel.

“Esta é apenas a primeira

etapa”, os organizadores comentaram. “Os militares israelenses ainda ocupam mais da metade de Gaza, a ajuda permanece restrita e o bloqueio persiste”.

“Aqui estaremos até que o regime israelense se retire totalmente de Gaza, levante o bloqueio e ponha fim à sua campanha de genocídio e limpeza étnica – até que a Palestina seja totalmente libertada – nossa solidariedade não parará”, comunicou o PSP

Através do membro de seu Bureau Político, Izzat al-Risheq, o Hamas reiterou “seu compromisso com o acordo de cessar-fogo”

O Exército israelense bombardeou pesadamente a Faixa de Gaza, violando descaradamente o cessar-fogo e matando 45 palestinos, inclusive oito crianças e um jornalista. Mais de 100 ataques aéreos e de artilharia foram relatados em Rafah e Khan Younis, no sul, Jabalia, no norte, e partes do centro de Gaza.

Entre os alvos, uma escola da ONU, um café, uma estação de carregamento de telefones celulares, um grupo de jornalistas e uma casa que abrigava pessoas deslocadas.

A alegação usada por Israel para os bombardeios e novos assassinatos foi de que suas forças teriam sido atacadas pelo grupo palestino Hamas na área de Rafah, o que já foi rechaçado.

Através do membro de seu Bureau Político, Izzat al-Risheq, Hamas reiterou “seu compromisso com o acordo de cessar-fogo” e denunciou que “a ocupação é a parte que continua violando o acordo sob pretextos frágeis para justificar seus crimes”.

“As tentativas de Netanyahu de se esquivar de seus compromissos são resultado da pressão de sua coalizão terrorista extremista, em uma tentativa de se eximir de sua responsabilidade perante os mediadores e fiadores”.

Horas antes, Netanyahu havia anunciado em Israel sua intenção de concorrer a um novo mandato.

O novo morticínio foi saudado pelo chefe dos pogroms na Cisjordânia, seu ministro, Ben Gvir, que convocou Netanyahu a renovar os combates “em grande escala na Faixa com força total”. Seu cúmplice, Smotrich, postou a única palavra “Guerra!” na plataforma X.

Desde que o cessar-fogo mediado internacionalmente entrou em vigor no dia 11, as tropas da ocupação israelenses já cometeram pelo menos 47 violações, mas os ataques de hoje são os mais graves e mais letais. O regime Netanyahu também viola os acordos ao se recusar a reabrir a fundamental passagem de Rafah e ao ter reduzido pela metade a quantidade de caminhões de ajuda autorizados.

Tel Aviv também tinha procurado sabotar o cessar-fogo ao acusar o Hamas de não devolver em “72 horas” todos os corpos dos refêns, cuja busca é extremamente dificultada por Israel ter reduzido a escombros praticamente a Faixa inteira, com os mortos dos bombardeios, inclusive os refêns, sob toneladas de entulho, cuja remoção exige equipamento especial, já oferecido pela Turquia, mas proibido por Netanyahu de entrar.

Após o enviado especial do presidente Trump para o Oriente Médio, Steve Witkoff, emitir neste domingo uma declaração chamando Israel a “moderação”, Tel Aviv se disse disposta a voltar ao cessar-fogo.

REITERANDO GENOCÍDIO

Pelo menos seis crianças foram mortas quando aviões de guerra israelenses atingiram a Escola Al-Sardi, ao sul do campo de refugiados de Nuseirat, no centro de Gaza, informou o Al Mayadeen.

Em um ataque separado a um prédio que abrigava jornalistas em Al-Zawaida, também no centro de Gaza, o Hospital dos Mártires de Al-Aqsa confirmou a morte de duas pessoas, uma das quais era jornalista.

Outro palestino foi morto e vários outros ficaram feridos quando as forças israelenses bombardearam uma casa na área de Al-Suwwarha, a oeste de Nuseirat.

No oeste da Cidade de Gaza, vários civis foram mortos e outros feridos quando aviões israelenses atacaram um grupo de pessoas perto da rua Abu Hasira.

O Hospital Al-Awda, em Nuseirat, disse que recebeu um corpo e sete feridos após um ataque israelense a uma estação de carregamento elétrico a oeste do campo. Mais tarde, o hospital relatou mais duas mortes e dez feridos após outro ataque a uma casa no Bloco 4 do campo de refugiados de Al-Bureij, também no centro de Gaza.

Em Khan Yunis, sul de Gaza, quatro palestinos, incluindo duas crianças, foram mortos quando caças israelenses atacaram tenda de deslocados na área de Al-Mawasi, a oeste da cidade. O correspondente do Al

Mayadeen também relatou novos bombardeios nas áreas orientais do campo de refugiados de Al-Maghazi, no centro de Gaza.

Outras partes da Faixa sitiada também foram atingidas. Um ataque aéreo teve como alvo a periferia leste de Jabalia, no norte de Gaza, enquanto um ataque de drone feriu civis deslocados ao norte de Khan Yunis.

O braço armado do Hamas, as Brigadas Izz al-Din al-Qassam, negou qualquer conhecimento ou conexão com o suposto ataque de que é acusado pelo governo israelense.

“Não temos envolvimento em nenhum evento que ocorra nessas áreas e não podemos nos comunicar com nenhum de nossos combatentes lá, se algum deles permanecer vivo”, disse o grupo em um comunicado, acrescentando que continua comprometido com o cessar-fogo.

São áreas que estão sob controle israelense desde que Israel rompeu em março o acordo de cessar-fogo anterior e que estão localizadas além da chamada “linha amarela”.

Relatos surgidos na mídia israelense dão a entender que o confronto se deu quando os israelenses vieram em socorro da gangue colaboracionista de Yasser Abu Shabab, registrou o Middle East Eye. A gangue foi “acusada de roubar ajuda humanitária e atacar civis palestinos durante a guerra genocida de dois anos de Israel em Gaza”.

Outros relatos falam em um veículo israelense explodido e um militar morto. A causa da explosão não ficou clara de imediato.

PASSAGEM DE RAFAH

A resistência islâmica Hamas reagiu ao anúncio da manutenção do bloqueio da passagem de Rafah, único contato de Gaza com o Egito, advertindo que isso “atrasará significativamente” a recuperação dos restos mortais dos chamados refêns israelenses.

Agências humanitárias internacionais pediram a reabertura imediata do ponto de passagem, essencial para o envio de alimentos, combustível e medicamentos à população de Gaza.

Mestre da manipulação, Netanyahu vem tentando se aproveitar da compreensível ansiedade das famílias pelo retorno de todos os corpos para sabotar o acordo de cessar-fogo, visando escapar da prisão por corrupção e do julgamento, no Tribunal Penal Internacional, que decretou contra ele mandado de prisão, por genocídio em Gaza.

O genocídio perpetrado por Israel em Gaza também está sob investigação da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de Haia, o mais alto tribunal do mundo. A acusação contra Israel foi apresentada pela África do Sul, país que venceu o apartheid e o racismo, à qual aderiram outros países, inclusive o Brasil.

De acordo com os números das autoridades médicas de Gaza, já chegaram a 68 mil os mortos por Israel, a maioria dos quais mulheres e crianças e passam de 170 mil os feridos e mutilados.

Segundo a Organização Mundial da Saúde e o Programa Mundial de Alimentação da ONU, Gaza está no quarto de cinco estágios de fome catastrófica, causado pelo brutal bloqueio cometido por Israel. A fúria genocida incluiu tornar Gaza inabitável, com 87% de suas instalações e casas reduzidas a pilhas de destroços. O número de crianças órfãs triplicou, para 57 mil.

No mundo inteiro, apesar da repressão de governos cúmplices, multidões foram às ruas contra o genocídio e pela Palestina livre, e 80% dos países membros da ONU já reconhecem o Estado Palestino, tornando inadiável sua constituição, plena e soberana, de fato e de direito.

Mesmo nos EUA, o país que tem sido o sustentáculo do supremacismo ultrassionista com armas, dinheiro e vetos na ONU, o genocídio provocou tamanha indignação que a generosa juventude norte-americana, em grande maioria, passou a apoiar os palestinos, e assumindo o lema do “nunca mais é para todos”. Mudança para a qual a participação de comunidades judaicas não-supremacistas foi decisiva. Torna-se precária a posição dos extremistas que pretendem que Israel seja, simultaneamente, o país dos herdeiros dos sobreviventes do nazismo e o país que perpetra genocídio contra os palestinos, que consideram os “subumanos” do século 21.

Apagão na nuvem da Amazon derruba sites e aplicativos mundo afora

Uma falha no serviço de nuvem AWS, da Amazon, causou instabilidades no mundo inteiro em diversos sites e aplicativos nesta segunda-feira (20).

Segundo a agência Reuters, são mais de 500 empresas afetadas, entre elas a própria Amazon, a assistente virtual Alexa e o Prime Video, a rede social Snapchat, o aplicativo de videoconferências Zoom, o app de educação Duolingo e os jogos online Fortnite, Clash Royale e Clash of Clans.

Mais de 4 milhões de usuários relataram problemas, de acordo com o site Downtetector, que monitora instabilidades em sites e aplicativos no mundo todo.

A lista de empresas e sites atingidos inclui ainda Sony, Natura, United Airlines, Mercado Livre, Booking, Lyft, Venmo, Chime, Signal, Perplexity, Roku, Robinhood e Coinbase.

“Estamos investigando o aumento nas taxas de erro e de latência em vários serviços da AWS”, comunicou a Amazon por volta de 4h11 (horário de Brasília).

“Podemos confirmar taxas de erro significativas em solicitações feitas ao serviço DynamoDB na região US-EAST-1. O problema também afeta outros serviços da AWS na mesma área. Nossos engenheiros estão trabalhando para mitigar a falha e entender completamente a causa”, acrescentou por volta das 5h30 (horário de Brasília).

A situação começou a se estabilizar em torno das 8h (horário de Brasília), embora com instabilidade em algumas soluções da AWS.

Criada originalmente para atender à própria empresa, a AWS hoje oferece serviços como hospedagem de sites, bancos de dados e ferramentas de inteligência artificial, concorrendo com o Google Cloud, o Azure (Microsoft), a Oracle e a IBM.

A Amazon tem datacenters em 37 locais do mundo, incluindo um em São Paulo, no Brasil. A maioria está na América do Norte, Europa e Ásia.

A falha na AWS é a primeira grande interrupção da internet desde o problema com a CrowdStrike, em julho do ano passado, que afetou sistemas de hospitais, bancos e aeroportos em várias partes do mundo.

Grécia em greve contra jornada abusiva diz “não às 13 horas de escravidão”

Milhares de gregos protestaram contra um projeto de lei que permite a extensão da jornada de trabalho para 13 horas diárias. Esse é o segundo maior protesto em duas semanas e reuniu representações de sindicatos e partidos da oposição.

Os manifestantes tomaram as ruas da capital Atenas e outras cidades, nesta terça (14), e realizaram uma paralisação de 24 horas do setor público grego por todo o país. Em Atenas, o transporte público foi suspenso, mas retomado brevemente durante a manhã e ao meio-dia para permitir a participação da população aos protestos.

Com faixas com dizeres: “Contra a proposta de 13 horas, os direitos trabalhistas não vão voltar 150 anos” e “Não às 13 horas de escravidão”, mais de 10 mil manifestantes marcharam do centro de Atenas até a frente do parlamento grego.

Atualmente, o limite da jornada de trabalho na Grécia é de 8 horas diárias, de acordo com o governo de direita da Grécia, a nova medida serviria para “flexibilizar” o mercado de trabalho e torná-lo mais “competitivo” dando mais liberdade para usar de contratos de curto prazo ou alterar horários atuais de licença.

A ministra do Trabalho e da Previdência Social, Niki Karamous, rebateu críticos e disse que a medida só será válida para 37 dias ao ano e de “forma voluntária”.

Em resposta, a Confederação

dos Trabalhadores da Grécia em carta enviada para a ministra, disse que trabalhadores não terão como recusar a jornada de 13 horas “diante do desequilíbrio de poder entre empregador e empregado, agravado pela precariedade que prevalece no mercado de trabalho”.

Lideranças sindicais gregas também apontaram que a nova medida irá corroer os direitos básicos do trabalhador e enfraquecerá a negociação coletiva.

“Nossa saúde, tanto mental quanto física, e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional são bens que não podem ser substituídos por dinheiro”, disse Stefanos Chatziliadis, membro sênior da Confederação dos Sindicatos dos Funcionários Públicos Gregos para a Agence France-Presse.

“Legalizar o trabalhar de manhã até a noite não é normal e não pode ser tolerado pela nossa sociedade. É verdadeiramente bárbaro. E desumano”, disse.

Partidos de esquerda na oposição, como o Syriza e Nova Esquerda, criticaram o governo acusando-o de ignorarem a realidade enfrentada pelos trabalhadores.

O líder do Syriza, Sokratis Famellos, disse que o governo “está estabelecendo uma verdadeira Idade Média do trabalho”.

“O turno de 13 horas não pode se tornar uma realidade. E escravidão remunerada”, discursou ao Parlamento grego, Effie Achtsioglou, do partido Nova Esquerda.

Manifestações de costa a costa nos EUA repelem ditadura de Trump



Protesto ocupou as ruas de Chicago contra os ataques de Trump (Huffington Post)



Manifestação em Times Square, Nova Iorque (Olga Fedorova/AP/Huffington Post)

Jornalistas deixam cobertura do Pentágono após restrições impostas pela Casa Branca

Dezenas de jornalistas que faziam cobertura do Pentágono recusaram se submeter às restrições impostas pelo governo Trump e entregaram seus crachás de acesso ao prédio.

Nesta quarta-feira, 15, os jornalistas que faziam a cobertura de imprensa no Pentágono entregaram seus passes de acesso ao edifício em protesto depois que o Departamento de Defesa americano, sob o comando de Pete Hegseth, ordenou que assinassem um termo com novas regras para credenciamento que, de acordo com veículos da mídia americana, enviam “uma mensagem de intimidação” contra jornalistas e membros do Departamento de Defesa que queiram conversar sem a autorização prévia do gabinete de Hegseth.

O novo credenciamento ameaça com declarar “risco à segurança nacional” os jornalistas que venham a publicar informação sem a aprovação do governo federal. “Limitar a capacidade da mídia de informar sobre as forças armadas dos EUA não honra as famílias americanas que confiam seus filhos e filhas para servir nelas, ou os contribuintes responsáveis por dar ao departamento centenas de bilhões de dólares por ano”, comunicou a



Jornalistas deixam o Pentágono após entregar crachás

Associação de Imprensa do Pentágono.

Somente um meio de comunicação aceitou os termos da Casa Branca, o canal americano conservador, pró-Trump, One America News, que declarou publicamente concordar com as novas regras. Mesmo outros meios alinhados com Trump, como a Fox News se recusaram a se submeter.

“O governo vem desencorajando a investigação no Pentágono há meses: praticamente zero coletivas de imprensa e reuniões, e muita comunicação unidirecional com o público por meio das mídias sociais”, disse Tony

Bertuca, editor-chefe para o Pentágono da Inside Defense.

Cerca de 30 organizações de jornalismo se recusaram a assinar a nova política para credenciamento de imprensa apontando a ameaça que isso representa para a liberdade de imprensa e a publicação independente de notícias.

“A ironia da ironia é que os repórteres do Pentágono não estão conversando sobre informações confidenciais nos corredores”, disse um membro da Associação de Imprensa do Pentágono para a Reuters, sob condição de anonimato. “Estamos fazendo isso pelo Signal (o aplicativo criptografado)”.

Venezuela denuncia à ONU assassinatos dos EUA no Caribe

Caracas solicitou, nesta quinta-feira (16), que o CS das Nações Unidas “investigue o conjunto de assassinatos que o governo dos EUA vem perpetrando em nossa região e determine seu caráter ilegal”, frisando ainda a “ameaça que essas ações ilícitas representam para a preservação da paz na América Latina e no Caribe, incluindo execuções extrajudiciais, concentração de forças militares, retórica belicista contra a Venezuela e operações clandestinas da CIA para cometer assassinatos políticos”, detalhou o representante permanente do país na ONU, Samuel Moncada.

O governo de Nicolás Maduro apontou a necessidade de “uma declaração que reafirme o princípio de respeito irrestrito à soberania, independência e integridade territorial da Venezuela, como base indispensável para preservar a paz”.

O representante venezuelano classificou o bombardeio de “uma pequena

embarcação, em situação estacionária no Mar do Caribe, a poucas milhas da costa venezuelana”, incidente confirmado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que resultou em seis mortes como “uma série de execuções extrajudiciais contra civis”, sem provas de qualquer delito.

Informando sobre a carta que havia encaminhado ao secretário-geral da ONU, António Guterres, e ao presidente do Conselho de Segurança, o embaixador russo Vassily Nebenzia, Moncada destacou que “dados recentes, de domínio público e midiático, mostraram que algumas das vítimas foram reconhecidas por suas famílias e governos como cidadãos da Colômbia e de Trinidad e Tobago que estavam exercendo atividades de pesca”, o que confirma que a mobilização militar dos EUA “afeta toda a região” e

“não é uma questão exclusivamente venezuelana”.

Durante uma reunião extraordinária de chanceleres da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), convocada pela presidência pro-tempore da Colômbia, a Venezuela já havia formalizado a denúncia e exigiu uma resposta regional imediata.

“A comunidade internacional deve compreender que a impunidade ante esses atos terá consequências políticas perigosas que devem ser detidas de imediato”, assinala o texto.

Donald Trump afirmou nesta quinta-feira (16) ter autorizado a Agência Central de Inteligência (CIA) a realizar “operações letais” para cercar a Venezuela, ameaçando assim a vida do presidente Nicolás Maduro e integrantes do seu governo, a exemplo do que já realizou em seu histórico de golpes mundo afora.

Leia mais no site do HP

Multidões foram às ruas em 2.600 manifestações espalhadas por todo o país, incluindo cidades como Nova York, Boston, Chicago e Washington

Com a organização centralizada na coalizão No Kings (Não aos Reis), que reúne grupos pró-democracia em todo o país para protestar contra a acelerada fascistização da vida norte-americana e violação escancarada dos direitos constitucionais, desde que Trump tomou posse pela segunda vez.

As manifestações ocorreram de forma pacífica, em clima de festa e deboche sobre o ditador Trump, ironizado com a convocação “No Kings”.

Como assinalou a União Americana pelas Liberdades Cíveis (ACLU), a principal entidade norte-americana pelos direitos democráticos, a manifestação é para transmitir que “somos um país de iguais”, “somos um país de leis que se aplicam a todos, de devido processo legal e de democracia. Não seremos silenciados”. Mais de 300 entidades e grupos progressistas se uniram na convocação, que em comparecimento superou a de junho.

As maiores concentrações ocorreram na Times Square, em Nova York, no Boston Commons, em Boston, no Grant Park em Chicago e na capital Washington, em meio à paralisação parcial do governo, que já dura três semanas porque Trump insiste em manter o corte das verbas da Saúde que deixará 14 milhões sem plano de saúde.

Empunhando uma faixa com os dizeres “Meu pai não lutou em um B-52 sobre a Europa por isso”, o militar aposentado de Nova York, Brian Lee, de 70 anos, disse que o estilo de governar de Trump lembra muito a ascensão do fascismo na Europa na década de 1930.

“Ele está presente em todos os seus discursos e reflete o que aconteceu na década de 1930, não só na Alemanha, mas também na Espanha. É assustador e temos que parar com isso, porque nem passou um ano, e tenho medo de pensar onde estaremos em outros três”, disse Lee.

Os manifestantes denunciaram que Trump governa por decreto, viola a constituição, persegue jornalistas, opositores em geral, universidades e manifestantes anti-genocídio; caça e deporta latinos, o que faz disfarçado de combate à imigração; intervém com a Guarda Nacional passando por cima de governadores e prefeitos nas cidades de grande população negra; reúne generais para pressioná-los contra “o inimigo interno”; corta verbas arbitrariamente e favorece especuladores e magnatas; além de se dedicar a uma guerra tarifária com o resto do mundo que, como bumerangue, volta para ciscar em casa.

Em locais emblemáticos como a Times Square os slogans dos manifestantes eram claros: “Resistam aos traidores fascistas” e “Sem coroas, sem reis”.

Os manifestantes adaptaram um velho refrão dedicado nos anos 1960 a Nixon, agora ao imperador laranja: “Hei Hei Oh Oh, Trump must go” [Hei hei, oh oh, Trump tem de ir]

“Nós nos reunimos para exigir que nossos representantes se posicionem contra os excessos executivos de Trump para limitar seu poder e nos ajudar a restaurar a democracia antes que seja tarde demais”, disse Hunter Dunn, da coalizão

No Kings.

“Não há maior ameaça a um regime autoritário do que o poder popular patriótico”, disse Ezra Levin, um dos organizadores e cofundador da ONG Indivisible.

Leah Greenberg, também da Indivisible, criticou a ação de Trump enviando a Guarda Nacional para cidades por todo o país, reprimindo imigrantes indocumentados e processando oponentes políticos.

“É o clássico manual autoritário: ameaçar, difamar e mentir, assustar as pessoas e fazê-las se submeter”, disse Greenberg. “Não seremos intimidados”, acrescentou.

O ator vencedor do Oscar Robert De Niro, um conhecido crítico de Trump, pediu mobilização. “Tivemos dois séculos e meio de democracia (...) muitas vezes desafiadora, às vezes desordenada, mas sempre essencial”, disse ele em um pequeno vídeo.

“Agora temos um aspirante a rei que quer tirar isso de nós: o Rei Donald I”, disse ele. “Estamos nos levantando novamente desta vez, levantando nossas vozes de forma não violenta para declarar: Não aos reis.”

Esta é a terceira mobilização em massa desde o retorno de Trump à Casa Branca. As últimas manifestações foram organizadas em 14 de junho, no mesmo dia do desfile militar em comemoração ao 250º aniversário do Exército dos EUA, que também coincidiu com o 79º aniversário do atual presidente. Os organizadores anunciaram que as manifestações No Kings-2 tiveram a presença de sete milhões de pessoas.

“Grandes comícios como esse dão confiança às pessoas que estiveram sentadas à margem, mas estão prontas para falar”, disse o Senador Chris Murphy, do partido Democrata, em uma entrevista à Associated Press.

Em Chicago, o prefeito Brandon Johnson disse à multidão “‘Estamos aqui para permanecer firmes e comprometidos de que não nos dobraremos, não nos curvaremos, não nos acovardamos, não nos submeteremos. Não queremos tropas em nossa cidade.” Muitas bandeiras, cartazes e camisetas diziam “F... ICE”, e “Tirem as mãos de Chicago”. A multidão respondeu com um “F... Donald Trump”.

Por toda parte, muita gente fantasiada, um jeito de protesto que começou em Portland, para desmoralizar a “acusação” de que os caça-imigrantes de Trump eram ameaçados por perigosos manifestantes. Muitas crianças, muitos balões e muitos cartazes “No Kings”.

Manifestações, também, junto a embaixadas dos EUA ou consulados em Londres, Barcelona e Lisboa, com alguns fantasiados de Estátua da Liberdade.

A clique trumpista reclamou de ser exposta de forma tão contundente, com o presidente da Câmara, Mike Johnson, acusando os manifestantes de terem “ódio à América [a das viúvas da Confederação, do apartheid Jim Crow, do supremacismo branco e da troca de mensagens pelo whatsapp saudosas de Hitler]”.

Trump, em entrevista à Fox News, fez de conta de que não era com ele, dizendo que “não sou rei” – mas agindo 24 horas por dia como se fosse. Para tirar qualquer dúvida, na véspera da manifestação, ele comutou a pena do desclassificado vigarista George Santos, cassado pelo Congresso, ordenou sua imediata libertação da prisão.

Empresa nacional vs empresa estrangeira

(...) “Não pode ser pelo mero fato de as multinacionais aqui operando terem o registro corporativo em algum cartório brasileiro que faz com que elas percam sua natureza estrangeira e passem a ser consideradas de forma isonômica às empresas nacionais”

PAULO KLIASS*

A postura tresloucada de Donald Trump no cenário internacional terminou por oferecer ao governo Lula e às forças progressistas de forma geral o argumento que faltava para colocar na agenda política o tema da soberania nacional. A partir das primeiras medidas do presidente estadunidense contra o Brasil, parece ter ficado claro a necessidade de se sair em defesa de nosso País, que se viu atacado com a edição do tarifaço pela Casa Branca há poucos meses atrás. Desde o início havia ficado claro que as razões para aquela ofensiva autoritária e fora de qualquer sentido racional escapava à lógica do comércio exterior entre os dois países envolvidos. Os argumentos e as exigências resvalavam para o campo político e ideológico, a exemplo da exigência absurda de paralisar os processos de condenação de Jair Bolsonaro no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF).

Quando Trump passou a verbalizar a defesa aberta dos interesses de empresas daquele país, aí sim a questão da soberania nacional também ganhou maior relevância. Afinal, os governantes dos Estados Unidos costumam operar no mundo inteiro em favor das empresas norte-americanas. Sempre foi assim e tal conduta não é exclusiva deles. Todos os chefes de Estado pelo mundo afora fazem isso com as empresas originárias em suas respectivas nações. Ocorre que no caso brasileiro há um detalhe que tem passado despercebido no debate desta questão. Trata-se de uma especialíssima alteração de natureza constitucional que foi realizada há mais de 30 anos atrás. Vejamos com detalhes.

Em 1995, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5/95. A medida foi protocolada ainda antes de completar o segundo mês de primeiro mandato, ou seja, em 16 de fevereiro daquele ano. A principal alteração proposta previa a revogação do art.171 da Constituição Federal (CF), dispositivo esse que estabelecia a diferença entre empresa nacional e empresa estrangeira. Em 15 de agosto é promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 6 com o mesmo teor da versão original. Assim, a partir da mudança introduzida, toda e qualquer empresa que atuasse no Brasil seria considerada “brasileira” (sic). Com isso desapareceram as possibilidades de as políticas públicas serem utilizadas para beneficiar as empresas nacionais em comparação com as empresas estrangeiras. Vejamos o que dizia textualmente o art. 171 revogado:

(...) “Art. 171. São consideradas:

I – empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País;

II – empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas

domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades

§ 1º – A lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional:

I – conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País;

II – estabelecer, sempre que considerar um setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional, entre outras condições e requisitos:

a) a exigência de que o controle referido no inciso II do “caput” se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia;

b) percentuais de participação, no capital, de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou entidades de direito público interno.

§ 2º – Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional.” (...) [GN]

EMPRESA ESTRANGEIRA NÃO É BRASILEIRA!

Ao retirar a intenção explícita dos constituintes sete anos após a promulgação da nova CF, o governo neoliberal de FHC uniformizou os conceitos que estavam por trás de empresas tão distintas. A Shell do Brasil passa a ser tão brasileira quanto a Texaco do Brasil, quanto a Esso do Brasil, quanto a verdadeiramente nacional Petrobrás. A Volkswagen do Brasil passa ser tão brasileira quanto a Ford do Brasil, quanto a Mitsubishi do Brasil, quanto a Renault do Brasil, quanto a Hyundai do Brasil, quanto teria sido a nossa Gurgel Motores SA – caso ela não tivesse sido boicotada pelos diferentes governos até ter a falência decretada em 1994. Assim, todas as multinacionais e empresas estrangeiras que tenham atuação no Brasil passam a ser consideradas tão brasileiras como qualquer outra empresa de origem nacional. Uma loucura!

Ao longo destas mais de 3 décadas, já chega a 17 anos o período em que o Brasil esteve governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mas é impressionante que nenhuma medida tenha sido encaminhada por Lula ou por Dilma para restabelecer a necessária diferenciação entre empresa nacional e empresa estrangeira em nossas disposições legais e constitucionais.

As diretrizes emanadas pelo Consenso de Washington desde a década de 1980 foram por aqui introduzidas como políticas de governo e como matéria de nosso arcabouço legal a partir dos mandatos de Collor e FHC. Mas infelizmente elas sofreram uma continuidade e aprofundamento ao longo dos governos que se seguiram.

Para além da privatização



Paulo Kliass (ao lado) é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal. Foto Jane Araújo/Agência Senado

“Ao retirar a intenção explícita dos constituintes sete anos após a promulgação da nova CF, o governo neoliberal de FHC uniformizou os conceitos que estavam por trás de empresas tão distintas. A Shell do Brasil passa a ser tão brasileira quanto a Texaco do Brasil, quanto a Esso do Brasil, quanto a verdadeiramente nacional Petrobrás. A Volkswagen do Brasil passa ser tão brasileira quanto a Ford do Brasil, quanto a Mitsubishi do Brasil, quanto a Renault do Brasil, quanto a Hyundai do Brasil, quanto teria sido a nossa Gurgel Motores SA – caso ela não tivesse sido boicotada pelos diferentes governos até ter a falência decretada em 1994. Assim, todas as multinacionais e empresas estrangeiras que tenham atuação no Brasil passam a ser consideradas tão brasileiras como qualquer outra empresa de origem nacional. Uma loucura!”



e da política de austeridade fiscal, o tripé do neoliberalismo formatado na capital estadunidense [sede do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do Tesouro dos EUA] propunha uma espécie de apologia ao “liberou geral” – com estímulo à liberalização comercial, o fim das barreiras à importação e a eliminação de supostos obstáculos à atividade econômica de forma geral. Esse era o mote para acabar com a diferenciação entre empresas nacionais e empresas estrangeiras em nossas terras.

SOBERANIA VS LIBERALIZAÇÃO GERAL E ENTREGUISMO

Ora, o percurso dos países que alcançaram alguma posição de destaque no rol das nações no globo sempre apresentou algum grau de protecionismo nos períodos que antecedem a conquista da hegemonia. Assim foi com a Inglaterra e com os Estados Unidos, bem como está ocorrendo com a China atualmente. Isso significa

que a continuidade da vigência da EC nº 6 impede que o Brasil inicie uma trajetória necessária e urgente de busca de nossa soberania em qualquer uma de suas múltiplas dimensões – econômica, cultural, tecnológica, militar, social, digital, energética, etc.

Por mais importante que seja o fato de Lula assumir finalmente a bandeira da soberania nacional, a realidade objetiva é que tal discurso ainda não foi acompanhado de nenhuma medida prática visando a sua implementação. Aliás, a realidade de seu governo tem apresentado uma tendência em sentido contrário. O programa da Nova Indústria Brasil (NIB), lançado no começo de 2024 e que apresenta poucos resultados concretos, não dispõe de nenhuma regra que objetive beneficiar as empresas nacionais. O Ministro da Fazenda acolhe em posições estratégicas de sua pasta pessoas que eram até há pouco tempo atrás dirigentes de empresas multinacionais na essencial área digital. São os casos de Dario

Durigan e Pablo Bello, que ocupavam cargos relevantes na empresa Meta, de Mark Zuckerberg.

PERIGO À VISTA: TERRAS RARAS E “BIGTECHS”.

Na verdade, a continuidade do processo de negociação com o governo Trump abre a perigosa alternativa de inclusão na pauta entre os dois países de temas sensíveis e complexos para nossa soberania e para o próprio processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Trata-se da exigência do Presidente estadunidense de abertura do Brasil para a exploração das terras raras e dos minerais estratégicos por empresas daquele país. Outra demanda sobre a qual Trump sempre insiste relaciona-se ao favorecimento dos oligopólios mundiais da tecnologia digital, as chamadas “bigtechs”, em sua maioria empresas com origem e sede nos Estados Unidos. Caso o governo aceite de forma passiva as propostas da Casa Branca em troca

de uma flexibilização das tarifas sobre as importações originárias do Brasil, isso teria o trágico significado de redução ainda maior da nossa já diminuta soberania econômica e tecnológica.

Para que o nosso País avance na pauta da defesa da soberania é fundamental uma reversão na orientação da política econômica e das relações exteriores. Trata-se de construir um programa de médio e longo prazos visando a elevação da nossa soberania em todas as dimensões acima mencionadas. E isso pressupõe a revogação da EC nº 6. Afinal, não pode ser pelo mero fato de as multinacionais aqui operando terem o registro corporativo em algum cartório brasileiro que faz com que elas percam sua natureza estrangeira e passem a ser consideradas de forma isonômica às empresas nacionais.

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal